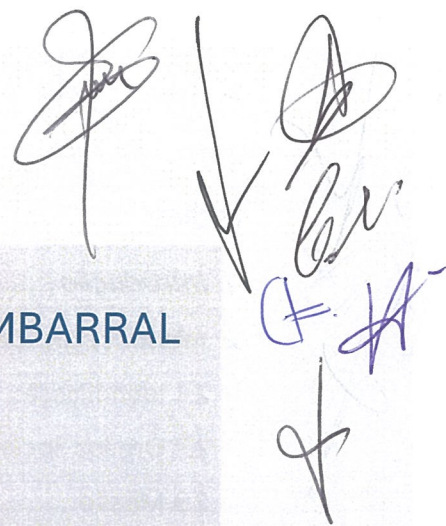


SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOMBARRAL

RELATÓRIO E CONTAS 2025



Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a large signature at the top left, a signature with a downward arrow at the top center, and several initials and smaller signatures on the right side.

Santa Casa da Misericórdia de
Bombarral



Índice

1. Introdução	3
2. Identificação da instituição	4
2.1 Identificação Institucional	4
2.2 Órgãos Sociais	5
2.3 Missão.....	5
2.4 Visão	5
2.5 Valores	6
3. Enquadramento Social e Nacional (Diagnóstico da Situação Social)	6
4. Relatório de Atividades de 2025	8
4.1 Atividades Transversais	8
4.2 Parcerias Institucionais.....	9
5. Atividade por Valência	10
5.1 Serviço de Apoio Domiciliário	10
5.2 Hospital Casimiro da Silva Marques – Valência Saúde	14
5.2.1 Rede Nacional de Cuidados Continuados	14
5.2.2 Quartos não convencionados	15
5.2.3 Atividade de ambulatório	16
5.2.4 Protocolo com o Centro Hospitalar Oeste	18
5.3 Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)	21
5.4 Cantina Social	24
6. Recursos Humanos	26
7. Análise Económico-Financeira	27
7.1 Enquadramento Económico	27
7.2 Análise do Balanço	28
7.3 Análise da Demonstração de Resultados	32
7.4 Endividamento bancário	34
7.5 Investimento	35
8. Riscos e Sustentabilidade	35
8.1 Risco Financeiro	35
8.2 Risco Demográfico	36
8.3 Dependência do Estado	37
8.4 Escassez de Recursos Humanos.....	37
8.5 Estratégias de Mitigação	38



9. Plano Estratégico 2026.....	38
9.1 Investimentos Previstos – Eficiência Energética e Sustentabilidade Ambiental ...	39
9.2 Reforço de valências e diversificação de serviços	39
9.3 Sustentabilidade financeira	39
9.4 Digitalização e modernização organizacional	39
9.5 Parcerias e sinergias para maior impacto social	40
10. Proposta de Aplicação dos resultados.....	40

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]



1. Introdução

No ano de 2025, a **Santa Casa da Misericórdia do Bombarral** enfrentou um contexto exigente, marcado por desafios sociais, económicos e demográficos que continuam a impactar de forma significativa as instituições do setor social. O aumento dos custos de funcionamento, a crescente complexidade das respostas sociais e a necessidade permanente de adaptação às exigências legais e técnicas colocaram à Instituição uma responsabilidade acrescida na gestão rigorosa dos seus recursos, sem nunca perder de vista a sua missão de servir a comunidade com proximidade, dignidade e qualidade.

Apesar das adversidades, 2025 foi também um ano de concretizações relevantes e de reforço da capacidade estrutural da instituição. Destaca-se, desde logo, a remodelação integral da cozinha, um investimento fundamental para a melhoria das condições de trabalho dos colaboradores e para o reforço da qualidade e segurança alimentar dos utentes, possível graças ao apoio da **Segurança Social**. Esta intervenção veio modernizar equipamentos e infraestruturas, assegurando maior eficiência e melhores condições operacionais.

Igualmente prioritária foi a substituição do telhado do edifício administrativo e do **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**, cuja degradação originava infiltrações significativas, comprometendo o normal funcionamento dos serviços. A resolução desta situação representou não apenas uma melhoria estrutural indispensável, mas também um reforço das condições de segurança e conforto para colaboradores e utentes.

No âmbito da sustentabilidade e da transição energética, a Instituição viu aprovada a candidatura ao Investimento do **Fundo Ambiental**. A candidatura apresentada irá permitir garantir apoio à renovação e ao aumento do desempenho energético das instalações do **Hospital Casimiro da Silva Marques**. Este projeto traduz um passo estruturante na modernização da Instituição, reforçando o seu compromisso com a eficiência energética, a redução de custos operacionais e a responsabilidade ambiental.

Ainda no domínio da sustentabilidade, destaca-se a instalação de painéis fotovoltaicos na **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, uma medida que contribuirá de forma significativa para a redução da fatura energética e para a diminuição da pegada ecológica da Instituição, alinhando a sua atuação com as metas nacionais e europeias de transição climática.

Estes investimentos representam não apenas melhorias físicas nas infraestruturas, mas também um claro compromisso com a qualidade dos serviços prestados, com o bem-estar dos utentes e com a sustentabilidade futura da **Santa Casa da Misericórdia do Bombarral**.

Por fim, cumpre-nos expressar um profundo agradecimento a todos os colaboradores, cuja dedicação diária, profissionalismo e espírito de missão são o verdadeiro alicerce da nossa ação; aos parceiros institucionais e entidades públicas, cujo



apoio e cooperação foram determinantes para a concretização dos projetos realizados; e aos voluntários e benfeitores, que continuam a demonstrar, com o seu contributo generoso, que a solidariedade é um valor vivo na nossa comunidade.

Acresce, ainda, uma palavra de reconhecimento e agradecimento aos nossos fornecedores, cuja colaboração permanente, flexibilidade e sentido de parceria foram determinantes para garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados. Num contexto particularmente exigente, marcado pela instabilidade de preços e constrangimentos no mercado, a sua disponibilidade e profissionalismo revelaram-se essenciais para o bom funcionamento da Instituição.

Dirigimos igualmente o nosso agradecimento às instituições bancárias que acompanham a **Santa Casa da Misericórdia do Bombarral**, pela confiança demonstrada, pelo apoio técnico e financeiro e pela cooperação institucional que tem permitido assegurar a estabilidade necessária à concretização dos nossos investimentos e à gestão equilibrada da tesouraria.

Uma palavra muito especial à **Câmara Municipal do Bombarral**, pelo apoio constante, pela articulação institucional e pelo compromisso demonstrado com as respostas sociais do concelho. A cooperação estreita entre a autarquia e a Santa Casa constitui um pilar fundamental na promoção do bem-estar da população, reforçando a capacidade de resposta às necessidades da comunidade.

A todos, o nosso sincero reconhecimento por contribuírem, de forma direta ou indireta, para o cumprimento da missão solidária que nos orienta.

Com sentido de responsabilidade, transparência e confiança no futuro, apresentamos o **Relatório e Contas de 2025**, certos de que os resultados alcançados refletem o empenho coletivo em honrar a missão e os valores que norteiam esta Instituição ao longo da sua história.

2. Identificação da instituição

2.1 Identificação Institucional

A Santa Casa da Misericórdia do Bombarral é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com o NIPC 504 536 370, com sede na Av. Inocência Cairel Simão, no Bombarral.

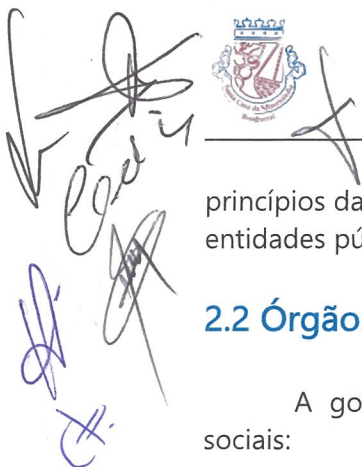
Contacto:

Telefone: 262 600 200

Correio eletrónico: santacasabombarral@scmbombarral.pt

Natureza Jurídica

A Santa Casa da Misericórdia do Bombarral é uma **Instituição Particular de Solidariedade Social**, prossequindo fins de interesse público e social, no respeito pelos



princípios da solidariedade, da subsidiariedade e da cooperação com o Estado e demais entidades públicas e privadas.

2.2 Órgãos Sociais

A governação da Instituição encontra-se estruturada nos seguintes órgãos sociais:

Assembleia Geral

Presidente: Alberto Ricardo Pereira da Franca

1º Secretário: Pedro Jorge Duarte Santos Gonçalves

Mesa Administrativa

Provedora: Maria de Fátima de Sá Coelho

Vice-Provedor: Luís Alberto Camilo Duarte

Secretária: Maria Arminda Oliveira de Sousa

Tesoureiro: José Vitor Ribeiro da Silva

Vogal : José Joaquim Timóteo Gomes

Vogal: Maria da Encarnação Santos Beco

Vogal: Joaquim Marcos Rodrigues Henriques

Suplente: Luís Pereira Patriarca

Suplente: Maria Sílvia Rosa Heliodoro Patriarca

Suplente: Maria Natália S. Costa Rodrigues Pedro

Definitório

Presidente: Luís José Coelho Pereira Bernardino

1º Vogal: Paulo Jorge Saraiva Libânio

2º Vogal: Rosália Maria Rodrigues Cecília Varelas

Estes órgãos asseguram a definição estratégica, a supervisão e a fiscalização da atividade da Instituição, garantindo o cumprimento da sua missão com rigor, responsabilidade e transparência.

2.3 Missão

A missão da instituição é prestar cuidados individualizados e personalizados em meio institucional a indivíduos e famílias que, por motivos de doença, idade, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária, promovendo a socialização e as relações interpessoais, contribuindo para a manutenção física e psicológica dos utentes/clientes.

2.4 Visão

A visão da instituição é promover uma resposta social de forma sustentada, integrada numa rede de parceiros sociais, afirmando-se como modelo de referência enquanto Instituição, aproximando pessoas através da consolidação de afetos, do



desenvolvimento humano e da valorização do indivíduo e da qualidade dos serviços prestados, antecipando possíveis riscos e aproveitando as oportunidades que surgem.

2.5 Valores

A atuação da Santa Casa da Misericórdia do Bombarral rege-se pelos seguintes valores fundamentais:

- Humanização dos cuidados
- Continuidade e proximidade dos utentes/clientes
- Envolvimento da família
- Ética assistencial
- Rigor e transparência
- Responsabilização e hierarquização
- Qualidade e eficiência
- Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade

Estes princípios orientam diariamente a intervenção da Instituição, sustentando uma cultura organizacional centrada na dignidade da pessoa humana e na excelência dos serviços prestados.

3. Enquadramento Social e Nacional (Diagnóstico da Situação Social)

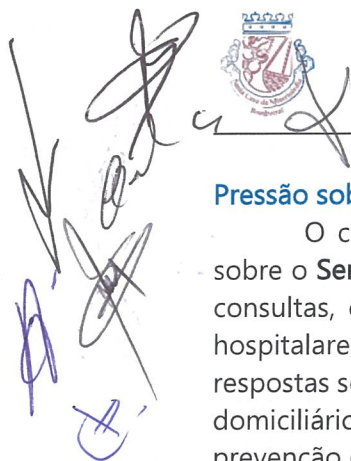
O ano de 2025 confirma a tendência de profundas transformações demográficas e sociais em Portugal, com impactos significativos no setor social e na sustentabilidade das respostas dirigidas às populações mais vulneráveis.

Envelhecimento demográfico

Portugal mantém-se entre os países mais envelhecidos da Europa, resultado da conjugação de uma baixa taxa de natalidade e do aumento da esperança média de vida. O índice de envelhecimento continua a crescer, traduzindo-se numa proporção cada vez maior de pessoas com 65 ou mais anos face à população jovem. Esta realidade coloca novos desafios às instituições sociais, exigindo respostas mais especializadas, contínuas e ajustadas às necessidades específicas da população idosa.

Aumento da dependência e das doenças crónicas

O envelhecimento populacional está diretamente associado ao aumento das situações de dependência e da prevalência de doenças crónicas, como patologias cardiovasculares, diabetes, demências e doenças respiratórias. Estas condições implicam cuidados permanentes, acompanhamento multidisciplinar e maior articulação entre respostas sociais e de saúde. A complexidade dos perfis dos utentes é hoje significativamente superior à de décadas anteriores, exigindo recursos humanos qualificados e modelos de intervenção integrados.



Pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde

O crescimento da população idosa e dependente tem intensificado a pressão sobre o **Serviço Nacional de Saúde** (SNS), verificando-se constrangimentos no acesso a consultas, exames complementares de diagnóstico e respostas hospitalares. As altas hospitalares de utentes em situação de dependência reforçam a necessidade de respostas sociais eficazes, nomeadamente em estruturas residenciais e serviços de apoio domiciliário, que assumem um papel determinante na continuidade de cuidados e na prevenção de reinternamentos.

Situação socioeconómica das famílias

Apesar de alguns sinais de recuperação económica, muitas famílias continuam a enfrentar dificuldades financeiras decorrentes do aumento do custo de vida, da inflação acumulada dos últimos anos e da subida das taxas de juro no crédito à habitação. O rendimento disponível permanece limitado em diversos agregados familiares, sobretudo entre pensionistas e trabalhadores com vínculos precários, o que condiciona a capacidade de suportar despesas com saúde, habitação e apoio social.

Crescimento das situações de isolamento social

O isolamento social constitui uma das problemáticas emergentes mais relevantes. O aumento do número de idosos a viverem sozinhos, a dispersão geográfica das famílias e a redução das redes informais de apoio têm contribuído para situações de solidão e vulnerabilidade acrescida. O isolamento não é apenas um fenómeno social, mas também um fator de risco para o agravamento de problemas físicos e psicológicos, reforçando a importância das respostas comunitárias e da proximidade institucional.

Carência habitacional e pobreza energética

A crise habitacional continua a afetar um número significativo de famílias, com dificuldades no acesso a habitação condigna a preços comportáveis. Paralelamente, a pobreza energética mantém-se como uma realidade preocupante, particularmente entre a população idosa e os agregados com baixos rendimentos, que enfrentam constrangimentos no aquecimento e arrefecimento das suas habitações. Esta situação tem repercussões diretas na saúde, no conforto e na qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis.

Neste contexto, as instituições do setor social assumem um papel cada vez mais central na mitigação das desigualdades, na promoção da coesão social e na garantia de respostas adequadas às necessidades emergentes da população, reforçando a importância de uma atuação articulada entre Estado, autarquias, parceiros locais e comunidade.



4. Relatório de Atividades de 2025

4.1 Atividades Transversais

Investimentos e projetos financiados

No decurso de 2025, a Santa Casa da Misericórdia do Bombarral (SCMB) deu continuidade à sua **estratégia de modernização e qualificação das infraestruturas**, concretizando investimentos estruturais relevantes, com recurso a financiamento público.

Investimentos realizados

Destaca-se a **substituição do telhado das instalações administrativas**, intervenção fundamental para garantir melhores condições de segurança, conforto térmico e preservação do edificado.

Paralelamente, procedeu-se à **substituição de equipamentos da cozinha**, permitindo a modernização dos meios técnicos afetos à preparação alimentar, com ganhos ao nível da eficiência, segurança alimentar e qualidade do serviço prestado aos utentes.

Estas intervenções foram **financiadas pelo Instituto da Segurança Social, I.P., no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, representando um contributo decisivo para a requalificação das instalações e melhoria das condições de funcionamento da instituição.

Projetos financiados – Eficiência Energética

No âmbito do Investimento TC-C13-i03 – Eficiência Energética em Edifícios de Serviços, ao abrigo do Aviso de Abertura de Concurso (AAC) n.º 01/C13-i03/2022, a SCMB viu aprovada a candidatura apresentada para apoio à **renovação e aumento do desempenho energético das suas instalações**.

O investimento elegível aprovado ascende a **154.412,00€**, sendo participado a **fundo perdido em 70%**, correspondente ao montante de **108.088,40€**, com financiamento assegurado pelo Fundo Ambiental.

Este projeto visa:

- Reduzir o consumo energético;
- Diminuir a pegada ambiental da instituição;
- Melhorar o conforto térmico dos edifícios;
- Promover maior sustentabilidade económica a médio e longo prazo.

Os investimentos concretizados em 2025 evidenciam o compromisso da Santa Casa da Misericórdia do Bombarral com a **modernização das infraestruturas, sustentabilidade ambiental e melhoria contínua das condições de prestação de cuidados**.



O recurso a financiamento público, nomeadamente através do PRR e do Fundo Ambiental, permitiu viabilizar intervenções estruturais estratégicas, reforçando a capacidade institucional e assegurando melhores condições para utentes, colaboradores e comunidade.

4.2 Parcerias Institucionais

A Santa Casa da Misericórdia do Bombarral mantém um conjunto de parcerias estratégicas com entidades públicas, fundamentais para a sustentabilidade das respostas sociais e de saúde desenvolvidas ao longo do ano de 2025.

Centro Distrital da Segurança Social de Leiria

A cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social de Leiria, enquanto estrutura desconcentrada do Instituto da Segurança Social, I.P., constitui um dos pilares do funcionamento da instituição, enquadrando diversas respostas sociais, nomeadamente:

- **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** – 65 utentes
- **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)** – 30 utentes
- **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)** – 40 utentes
- **Cantina Social** – 20 utentes

Esta parceria assegura o financiamento e enquadramento legal das respostas sociais, garantindo apoio à população mais vulnerável do concelho e contribuindo para a coesão social.

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

A articulação com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo ocorre no âmbito da **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**, abrangendo 40 utentes.

Esta parceria permite assegurar o financiamento da componente de saúde das unidades de internamento, garantindo a continuidade de cuidados a pessoas em situação de dependência, em articulação com o Serviço Nacional de Saúde.

Câmara Municipal do Bombarral

A colaboração com a Câmara Municipal do Bombarral assume particular relevância ao nível do apoio institucional e financeiro, concretizando-se através de:

- **Protocolo de cedência de uma Técnica de Serviço Social**, reforçando a capacidade de intervenção social da instituição;
- **Protocolo para atribuição de subsídios destinados ao pagamento das deslocações dos médicos contratados pela SCMB**, no âmbito do apoio à prestação de cuidados médicos na Unidade de Saúde Local do Bombarral.

Este apoio municipal revela-se determinante para mitigar os constrangimentos associados à contratação de profissionais de saúde, contribuindo para assegurar o acesso da população a consultas médicas de proximidade.



As parcerias institucionais estabelecidas em 2025 demonstram uma forte articulação interinstitucional entre segurança social, saúde e poder local, constituindo um fator essencial para a estabilidade financeira, operacional e social da Santa Casa da Misericórdia do Bombarral.

A cooperação estratégica com estas entidades permite consolidar respostas integradas e sustentáveis, ajustadas às necessidades da população, particularmente num contexto de envelhecimento demográfico e crescente vulnerabilidade social.

5. Atividade por Valência

5.1 Serviço de Apoio Domiciliário

O **Serviço de Apoio Domiciliário** constitui uma resposta essencial ao envelhecimento da população, permitindo que muitas pessoas idosas ou dependentes permaneçam no seu meio habitual de vida, junto da sua comunidade e das suas memórias.

A permanência no domicílio promove maior bem-estar emocional, preserva rotinas e reforça o sentimento de autonomia e dignidade. Paralelamente, o SAD desempenha um papel crucial na prevenção da institucionalização precoce, assegurando apoio nas atividades da vida diária, cuidados de higiene e conforto, alimentação e acompanhamento, retardando ou evitando a necessidade de integração em estrutura residencial.



Em 2025, o SAD apresentou uma capacidade de resposta consolidada, acompanhando 65 utentes, com uma taxa de ocupação de **98%**, registando um ligeiro aumento face ao ano anterior (**95%**). Este indicador revela uma elevada procura e uma resposta ajustada às necessidades da comunidade.

Caracterização dos utentes

No que respeita à distribuição por sexo, verifica-se uma predominância do sexo feminino (63%), face ao sexo masculino (37%), refletindo a tendência demográfica de maior longevidade feminina.

Relativamente à freguesia de proveniência, a **maioria dos utentes é oriunda da Freguesia de Bombarral e Vale Covo**, representando 68% do total (44 utentes), mantendo-se como principal área de influência do serviço. Seguem-se a Freguesia do Carvalhal com 17% (11 utentes) e a Freguesia da Roliça com 14% (9 utentes). Não se registaram utentes da Freguesia do Pó, nem provenientes de outros concelhos. Comparativamente a 2024, observa-se um ligeiro aumento da representatividade de Bombarral e Vale Covo e uma pequena diminuição na Roliça.

No que concerne à estrutura etária, verifica-se um claro **envelhecimento da população acompanhada**. A **faixa etária predominante situa-se entre os 80 e 89 anos** (44%), seguida dos utentes com mais de 90 anos (25%) e daqueles entre os 70 e 79 anos



(24%). As faixas etárias mais jovens (<50 anos e 60-69 anos) representam uma percentagem residual. Estes dados evidenciam que o SAD presta apoio maioritariamente a uma população muito envelhecida, com níveis acrescidos de dependência.

Serviços Prestados

O SAD assegurou um conjunto diversificado de serviços essenciais ao bem-estar e permanência dos utentes no seu domicílio:

- Toma medicamentosa e apoio à socialização abrangem praticamente a totalidade dos utentes (**100%**), demonstrando forte enfoque no acompanhamento regular e na prevenção do isolamento;
- O serviço de alimentação é prestado a **93%** dos utentes durante a semana e a **88%** ao fim de semana;
- A higiene pessoal abrange **74%** dos utentes (**51%** ao fim de semana), sendo que **16%** beneficiam de uma segunda higiene diária;
- O tratamento de roupa apoia **53%** dos utentes e a higiene habitacional **41%**;
- **22%** dos utentes usufruem de segunda refeição diária;
- Não se registaram utentes com serviço de teleassistência.

Estes dados evidenciam que as respostas mais solicitadas estão diretamente relacionadas com necessidades básicas de sobrevivência, autocuidado e acompanhamento, refletindo níveis significativos de dependência funcional.

Principais Constrangimentos

Ao longo de 2025, destacaram-se como principais constrangimentos a rotatividade do pessoal e o absentismo, fatores que impactam a estabilidade das equipas e a continuidade do acompanhamento aos utentes. Acresce ainda a necessidade de reforço da formação profissional, essencial para garantir uma prestação de cuidados cada vez mais qualificada e ajustada à complexidade das situações acompanhadas.

De forma global, o SAD em 2025 caracteriza-se por uma elevada taxa de ocupação, forte incidência numa população muito envelhecida e dependente, e uma resposta abrangente nas áreas da alimentação, higiene, medicação e socialização. Apesar dos desafios ao nível dos recursos humanos, o serviço mantém-se como uma resposta fundamental de proximidade, promovendo a permanência dos utentes no seu meio habitual de vida com dignidade e qualidade.

**Resultados de exploração da valência**

	2025	2024	Variação
Utentes	200.605,00 €	196.509,15 €	2,08%
Segurança Social	281.190,91 €	268.422,73 €	4,76%
Outros rendimentos	7.074,13 €	2.110,65 €	235,27%
Total dos rendimentos	488.830,04 €	467.042,53 €	4,67%
Alimentação	159.362,21 €	153.470,61 €	3,84%
Lavandaria	13.972,14 €	15.462,82 €	-9,64%
Pessoal	190.013,37 €	187.970,76 €	1,09%
Outros gastos	38.907,48 €	42.995,46 €	-9,51%
Total dos gastos	401.549,29 €	399.909,65 €	0,41%
Resultado de exploração	87.280,75 €	67.105,55 €	30,07%

Os **rendimentos totais cresceram 4,67%**, passando de 467.042,53€ em 2024 para 488.830,04€ em 2025, o que representa um aumento de 21.787,51€.

O aumento (+2,08%) das receitas dos utentes é moderado e resulta de atualização de mensalidades, ligeiro aumento do número de utentes e alteração na tipologia de serviços prestados.

Por outro lado, o crescimento da receita (+4,76%) da Segurança Social tem um impacto relevante, pois **é a principal fonte de financiamento do SAD**.

O crescimento das receitas é **moderado mas consistente**, sustentado sobretudo pelo aumento da comparticipação da Segurança Social.

Os gastos totais praticamente não cresceram, aumentando apenas **0,41%** (mais 1.639,64€), revelando um **controlo de custos muito significativo**, especialmente considerando a inflação e a pressão salarial.

A **subida de 3,84% na rubrica alimentação** reflete inflação alimentar e aumento de utentes e refeições.

Os serviços de lavandaria decresceram **9,64%**, resultado de uma maior eficiência operacional com economias de escala, já que a produção aumentou devido à roupa da ERPI.

A **subida com gastos com pessoal (+ 1,09%)** é muito baixa para um serviço intensivo em mão de obra, o que sugere uma estabilidade da equipa e uma boa gestão de horários ou substituições.

Apesar do aumento de algumas rubricas (principalmente alimentação), houve **compensação através da redução noutras despesas**, permitindo quase estabilizar o total dos gastos.

O crescimento do resultado de exploração da valência SAD resulta de um aumento das receitas (+21.787€) e uma estagnação dos custos (+1.640€), significando que quase todo o aumento da receita **transformou-se em resultado operacional**.

O peso aproximado dos gastos em 2025 é o seguinte:

- Pessoal: ~47%
- Alimentação: ~40%
- Outros: ~10%
- Lavandaria: ~3%

Confirma-se que o SAD é **um serviço fortemente dependente de recursos humanos**, típico neste tipo de respostas sociais.

Indicadores de eficiência

	2025	Média Nacional	2024
Custo utente/mês	537,75 €	600 € a 750 €	567,37 €
Comparticipação utente/mês	262,85 €	220 € a 300 €	252,50 €
Receita total/utente/mês	640,50 €	550 € a 650 €	627,29 €
Resultado líquido/utente/mês	102,75 €	- 50€ a 40 €	59,92€
Taxa de participação do utente	41%	35% a 45%	40%

Verifica-se uma **redução do custo médio mensal** por utente de cerca de 29,62€.

Isto resulta de vários fatores:

- melhor distribuição dos custos fixos pelo número de utentes;
- maior eficiência na organização do serviço;
- controlo de despesas operacionais;
- aumento da taxa de ocupação.

O facto de o **custo médio/utente diminuir**, indica ganho de eficiência operacional.

O aumento médio de cerca de **10,35€ por utente/mês** deve-se a uma atualização das mensalidades, tendo em conta os serviços prestados. O aumento é **moderado e equilibrado**, não revelando uma pressão excessiva sobre os utentes.

O SAD apresenta **um desempenho económico acima da média nacional**, principalmente por um custo por utente relativamente baixo, uma receita por utente adequada e boa eficiência operacional, gerando **uma margem financeira confortável**.

Conclui-se a análise económica espelhando que o SAD apresentou uma **evolução muito positiva em 2025**, resultado de um crescimento das receitas, forte controlo dos custos, melhoria significativa do resultado operacional e um aumento da eficiência financeira



5.2 Hospital Casimiro da Silva Marques – Valência Saúde

5.2.1 Rede Nacional de Cuidados Continuados

No âmbito da **Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCII)**, a Instituição responde a uma necessidade crescente de reabilitação pós-hospitalar, assegurando a continuidade de cuidados após alta clínica.

Esta valência é particularmente relevante na gestão da cronicidade e da dependência, proporcionando acompanhamento técnico especializado, planos de reabilitação individualizados e articulação com unidades hospitalares e cuidados de saúde primários. A **RNCCI** contribui para a redução de reinternamentos hospitalares e para a recuperação funcional dos utentes, sempre que possível.

A **Unidade de Cuidados Continuados Integrados** do Hospital Casimiro da Silva Marques integra a **RNCCI**, criada pelo **Decreto-Lei n.º 101/2006**, que estabelece o regime jurídico da rede, definindo a sua organização, funcionamento e tipologias de resposta.

A **RNCCI** tem como missão assegurar cuidados de saúde e apoio social a pessoas em situação de dependência, independentemente da idade, que necessitem de cuidados continuados após internamento hospitalar ou em contexto de agudização de doença crónica, promovendo a reabilitação, autonomia e reintegração familiar e social.

A atividade desenvolvida rege-se ainda pelas orientações técnicas e normas emitidas pela tutela (Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), bem como pelos tempos máximos de internamento previstos para cada tipologia:

- **Unidade de Convalescença (UC)** – até 30 dias
- **Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMD)** – até 90 dias
- **Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULD)** – até 180 dias

Em 2025, a Unidade manteve a seguinte tipologia de camas:

- **Unidade de Convalescença (UC)** – 10 camas
- **Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMD)** – 14 camas
- **Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULD)** – 16 camas

Total: **40 camas** contratualizadas no âmbito da **RNCCI**

Taxa de Ocupação

A taxa de ocupação manteve-se elevada ao longo do ano de 2025, demonstrando forte procura e adequada referenciação:

Tipologia	Dias/camas ocupadas	Taxa de ocupação 2025	Taxa de ocupação 2024	Varição
UC	3316	91%	92%	-1%
UMD	4849	95%	95%	0%
ULD	5661	97%	99%	-2%

Verifica-se **estabilidade global**, com ligeira redução na UC e ULD, mantendo-se, ainda assim, níveis de ocupação muito elevados, particularmente na ULD (97%), o que evidencia pressão assistencial nesta tipologia.

Altas e Duração Média de Internamento

Tipologia	Nº de Altas 2025	Duração média 2025	Duração média 2024
UC	47	50 dias	44 dias
UMD	41	57 dias	49 dias
ULD	17	139 dias	559 dias

- **UC:** A duração média (**50 dias**) ultrapassa o período máximo previsto (**30 dias**), refletindo **constrangimentos na transição para o domicílio** ou para outras respostas.
- **UMD:** Mantém-se dentro do limite legal (**90 dias**), com ligeira redução face a 2024.
- **ULD:** Regista-se uma **redução muito significativa da duração média** (139 dias), situando-se abaixo do limite de 180 dias e evidenciando melhoria na gestão de altas comparativamente ao ano anterior.

A **taxa de reinternamento** foi de 0%, indicador de elevada qualidade clínica, adequada preparação da alta e articulação com cuidados de saúde primários e respostas sociais.

5.2.2 Quartos não convencionados

Os quartos não convencionados constituem uma resposta complementar à oferta protocolada, permitindo acolher utentes em regime privado, cujas necessidades não se enquadram nas vagas comparticipadas ou que procuram uma resposta diferenciada.

Esta valência reforça a sustentabilidade financeira da Instituição, enquanto amplia a capacidade de resposta às solicitações da comunidade, garantindo flexibilidade e adaptação às diferentes realidades familiares.

Os quartos não convencionados correspondem a **8 camas de internamento não integradas na RNCCI**, funcionando como resposta complementar às necessidades assistenciais da instituição.

Estas camas destinam-se, sobretudo, a situações clínicas que não se enquadram nos critérios formais da **RNCCI** ou a utentes que aguardam encaminhamento para resposta social ou continuidade de cuidados.

Taxa de Ocupação

Taxa de ocupação 2025: 81%

Taxa de ocupação 2024: 76%

Varição: +5%



Em 2025 verificou-se um **aumento de 5 pontos percentuais na taxa de ocupação**, demonstrando maior procura desta tipologia de resposta. Apesar de não atingir níveis de ocupação tão elevados como as camas convencionadas, os 81% representam uma utilização consistente e relevante da capacidade instalada.

Altas e Duração Média de Internamento

Número de altas em 2025: 28

Duração média de internamento 2025: 84 dias

Duração média de internamento 2024: 78 dias

Variação: +6 dias

A **duração média de internamento registou um aumento** face ao ano anterior, situando-se nos 84 dias. Este valor revela que estas camas são maioritariamente ocupadas por utentes com necessidades clínicas e/ou sociais prolongadas, frequentemente associadas a:

- Situações de dependência funcional
- Necessidade de estabilização clínica prolongada
- Aguardar resposta social (ERPI, SAD ou apoio familiar estruturado)

O **aumento do tempo médio de permanência** poderá refletir dificuldades no encaminhamento pós-alta, designadamente escassez de vagas em respostas sociais adequadas.

5.2.3 Atividade de ambulatório

A disponibilização de **consultas de ambulatório** visa reduzir listas de espera e complementar a resposta do **Serviço Nacional de Saúde**.

Ao proporcionar acesso mais célere a cuidados diferenciados, a Instituição contribui para o diagnóstico precoce, para o acompanhamento regular de patologias crónicas e para a melhoria global da saúde da comunidade.

Estes serviços são particularmente relevantes face ao aumento da multimorbilidade e da dependência, assegurando monitorização contínua. A sua intervenção contribui decisivamente para a qualidade dos cuidados prestados e para a prevenção de internamentos hospitalares evitáveis.

Em 2025 foram realizadas **569 consultas de especialidade**, distribuídas pelas seguintes áreas:

Podologia: 406 consultas

Fisiatria: 141 consultas

Neurologia: 22 consultas

A **Podologia** representa a maior expressão da atividade (cerca de **71% do total**), evidenciando elevada procura, possivelmente associada à prevalência de patologias crónicas, como diabetes, problemas circulatórios e alterações biomecânicas, particularmente numa população envelhecida.



A **Fisiatria** corresponde a aproximadamente **25% das consultas**, refletindo a importância da reabilitação funcional, recuperação pós-evento agudo e acompanhamento de situações músculo-esqueléticas e neurológicas.

A **Neurologia**, com **4% do total**, assume um carácter mais diferenciado e direcionado para situações clínicas específicas, nomeadamente acompanhamento de patologia neurodegenerativa, sequelas de AVC ou distúrbios do movimento.

Apesar de a instituição ter realizado **569 consultas de especialidade em 2025**, a atividade nesta área encontra-se condicionada pela **proximidade geográfica de outras unidades prestadoras de cuidados diferenciados**, nomeadamente a **SOERAD – Centro de Medicina Física e Reabilitação** e o **Hospital CUF Torres Vedras**.

A reduzida distância geográfica a estas entidades influencia a procura local pelas seguintes razões:

Maior diversidade de especialidades médicas

Estas unidades dispõem de um leque mais alargado de especialidades e meios complementares de diagnóstico, permitindo ao utente concentrar vários atos clínicos no mesmo local.

Capacidade tecnológica diferenciada

A existência de exames complementares (imagiologia, exames neurofisiológicos, entre outros) no próprio espaço facilita a referência direta e reduz a necessidade de deslocações adicionais.

Protocolos com subsistemas e seguros de saúde

Muitas destas entidades mantêm convenções com seguradoras e subsistemas, tornando-se a opção preferencial para determinados utentes.

Referência hospitalar direta

A proximidade ao setor hospitalar privado e especializado gera encaminhamentos automáticos para consultas subsequentes, diminuindo a retenção local da atividade.

Perceção de diferenciação técnica

Existe, em alguns casos, a perceção de que unidades de maior dimensão oferecem respostas mais especializadas, sobretudo em áreas como Neurologia.

Ainda assim, a resposta local mantém relevância estratégica, particularmente nas áreas de maior proximidade funcional, como a Podologia e a Fisiatria, assegurando acessibilidade e continuidade de cuidados à população mais envelhecida e dependente.

Os **Serviços de Enfermagem** assumem um papel transversal e estruturante nas diferentes valências da Instituição. Garantem cuidados clínicos regulares, administração de terapêutica, vigilância do estado de saúde, prevenção de complicações e



acompanhamento de situações agudas ou crónicas. Contudo, a afluência de utentes não tem correspondido à expectativa da instituição.

Os **Serviços de Fisioterapia** respondem à crescente necessidade de manutenção e recuperação funcional, especialmente em situações de reabilitação pós-hospitalar, doença neurológica, ortopédica ou degenerativa. A intervenção fisioterapêutica promove a autonomia, previne o declínio funcional, reduz o risco de quedas e melhora a qualidade de vida dos utentes. Integrada numa abordagem multidisciplinar, a fisioterapia constitui um elemento fundamental na gestão da dependência e na promoção do envelhecimento ativo e saudável.

No ano de 2025 assistiu-se a um **crescimento da produção** em ambulatório de fisioterapia de **28,16%**, demonstrando a crescente notoriedade dos serviços na comunidade.

5.2.4 Protocolo com o Centro Hospitalar Oeste

No âmbito do protocolo estabelecido com a **Unidade de Saúde Local do Bombarral (ULS)**, a Instituição assegura clínicos para consultas de acompanhamento de Medicina Geral e Familiar, atendendo a que ULS não possui clínicos no seu quadro.

Esta articulação reforça a resposta comunitária, facilitando o acesso da população a serviços médicos que deveriam ser disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

Em conjunto, estas valências demonstram a relevância estratégica da SCMB enquanto pilar fundamental da rede de apoio social e de saúde local, respondendo de forma articulada, humanizada e sustentável aos desafios atuais da comunidade.

Atividade desenvolvida em 2025

2891 horas médicas cedidas

11.564 consultas realizadas

Este volume de atividade continua a representar um contributo determinante para a manutenção do acesso a cuidados de saúde primários no concelho, mitigando a carência estrutural de recursos humanos médicos no Serviço Nacional de Saúde a nível local.

O protocolo surge como resposta à ausência de médicos na USL, situação que colocaria em grave risco o acompanhamento clínico regular da população.

Compete à **SCMB a contratação dos médicos**. Contudo, o valor/hora definido no protocolo revela-se **insuficiente face às condições atuais de mercado**, tornando-se necessário assegurar o pagamento das **deslocações dos profissionais**, custo esse suportado através de **subsídio atribuído pela autarquia**.

Este modelo, embora funcional, apresenta fragilidades estruturais, dependentes da disponibilidade de profissionais e do esforço financeiro complementar do município.

Verificou-se uma **redução de 30% no número de consultas de 2024 para 2025**, motivada principalmente por:

- **Diminuição da disponibilidade de médicos** no mercado;
- Dificuldade em recrutar profissionais pelo **valor/hora protocolado**;
- Crescente **concorrência de outras entidades de saúde** com condições remuneratórias mais atrativas.

Esta diminuição traduz-se numa pressão acrescida sobre o sistema local e numa maior vulnerabilidade no acesso a cuidados de saúde primários.

O protocolo tem um impacto estrutural significativo na comunidade do Bombarral, nomeadamente nos seguintes pontos:

- **Garantia de acesso a consultas médicas de proximidade**, evitando deslocações frequentes a concelhos vizinhos;
- **Redução da pressão sobre serviços hospitalares**, prevenindo recurso indevido às urgências;
- **Continuidade assistencial**, particularmente relevante numa população envelhecida e com elevada prevalência de doença crónica;
- **Coesão social e territorial**, assegurando equidade no acesso a cuidados de saúde.

Contudo, a redução da atividade em 2025 poderá traduzir-se em:

- Aumento do tempo de espera para consulta;
- Menor acompanhamento de doentes crónicos;
- Maior recurso a serviços de urgência externos.

Todavia, a sua sustentabilidade depende de uma revisão das condições financeiras e contratuais, de forma a tornar o recrutamento médico mais atrativo e garantir estabilidade na prestação de cuidados, prevenindo o agravamento das desigualdades no acesso à saúde no concelho.

Resultados de exploração da valência Saúde

	2025	2024 (€)	Variação
RENDIMENTOS			
RNCCI	1 484 945,43 €	1 434 992,72 €	+ 3,48%
Quartos não convencionados	218 879,42 €	183 442,36 €	+ 19,32%
SMFR de ambulatório	51 069,85 €	39 540,80 €	+ 29,16%
Consultas de ambulatório	22 133,00 €	14 458,50 €	+ 53,08%
Sala de enfermagem - ambulatório	144,75 €	76,65 €	+ 88,95%
Programa "Batas Brancas"	87 844,50 €	72 879,12 €	+ 20,53%
Outros serviços de saúde	4 927,66 €	4 402,25 €	+ 11,93%
Total dos serviços	1 869 944,61 €	1 749 792,40 €	+ 6,87%
Subsídios à exploração	18 446,35 €	4 000,00 €	+ 361,15%
Reversões	7 576,22 €	5 493,65 €	+ 37,92%
Outros rendimentos	9 327,97 €	12 419,23 €	- 24,90%
Total dos rendimentos de exploração	1 905 295,15 €	1 771 705,28 €	+ 7,54%



GASTOS			
Matérias consumidas	110 952,59 €	127 381,61 €	- 12,90%
Medicamentos	42 534,10 €	48 166,33 €	- 11,69%
Suplementos alimentares	18 102,37 €	23 135,96 €	- 21,76%
Outras matérias	50 316,12 €	56 079,32 €	- 10,28%
Fornecimentos e serviços externos ¹	169.505,51 €	182 031,74 €	- 6,88%
Gastos com pessoal	1 206 123,16 €	1 138 151,95 €	+ 5,97%
Amortizações e imparidades	48 436,77 €	44 403,06 €	+ 9,08%
Outros gastos de exploração	3 571,96 €	29 383,57 €	- 87,85%
Refeições internas da UAN	149 942,14 €	158 089,11 €	- 5,15%
Gastos de lavandaria interna	22 521,74 €	24 511,98 €	- 8,12%
Serviços internos de higiene e limpeza	68 449,00 €	49 095,41 €	+ 39,42%
Total dos gastos de exploração	1 779 502,87 €	1 753 048,43 €	+ 1,51%
Resultado de exploração	125 792,28 €	18 656,85 €	+ 574,27%

Indicadores de eficiência

	2025	2024	Varição
Custo internamento/dia/cama	110,88 €	112,71 €	- 1,62%
Custo medicamento/dia/cama	0,90 €	2,96 €	- 69,59%
Gastos com pessoal/dia/cama	69,11 €	69,99 €	- 1,26%
Gastos gerais/dia/cama	13,25 €	15,68 €	- 15,50%

O crescimento das receitas foi sustentado por:

- **RNCCI: +3,48%**
- **Quartos não convencionados: +19,32%**
- **Serviços de ambulatório e consultas: crescimento entre 29% e 53%**

A unidade está a **diversificar fontes de receita**, reduzindo a dependência exclusiva do financiamento da RNCCI, algo positivo porque as tabelas da RNCCI crescem pouco anualmente, existindo muitas unidades a reportarem dificuldades de sustentabilidade.

A evolução dos gastos mostra duas tendências importantes:

- **Forte redução dos custos clínicos e consumíveis**
- **Crescimento natural dos custos com pessoal (5,97%)**, em consonância com a tendência de crescimento dos salários do setor da saúde, combinado com escassez de profissionais (enfermeiros e auxiliares).

Apesar disso, o aumento foi **controlado e inferior ao crescimento da receita**.

O **crescimento do resultado de exploração** da valência saúde resulta de três fatores combinados: **aumento das receitas, forte redução de consumos e controlo dos custos operacionais**. Isto demonstra **melhoria significativa da eficiência económica da valência**.

Na RNCCI, os valores de referência para financiamento são aproximadamente:

¹ Os subcontratos e honorários clínicos estão no valor de Gastos com pessoal.



- 120,87 €/dia para unidades de convalescença;
- 105,21 €/dia para unidades de média duração e reabilitação.

Sendo assim, a valência apresenta **um custo alinhado** com o financiamento nacional.

Apesar do aumento salarial global, o custo unitário de gastos com pessoal **baixou ligeiramente**, beneficiando de uma maior taxa de ocupação e melhor produtividade da equipa. O indicador (Gastos com pessoal/dia/cama) é **bom**, pois normalmente representa **60–70% do custo total das unidades RNCCI**.

Análise estratégica

Pontos fortes	Pontos fracos/ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Custo por dia alinhado com valores nacionais• Forte redução de consumos clínicos• Boa gestão de gastos operacionais• Diversificação de receitas (ambulatório e privados)• Resultado de exploração muito positivo	<ul style="list-style-type: none">• Elevada dependência da RNCCI (ainda principal fonte de receita)• Crescimento estrutural do custo com pessoal no setor da saúde• Possível pressão futura nos custos farmacêuticos e alimentares.

Comparando com os indicadores médios da RNCCI, a valência apresenta:

- **custos controlados**
- **boa eficiência operacional**
- **resultados financeiros positivos**

O desempenho económico em 2025 demonstra **uma gestão eficaz da valência**, com capacidade para:

- manter sustentabilidade financeira;
- suportar investimento em equipamentos ou melhoria de serviços;
- reforçar a qualidade assistencial.

5.3 Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

A ERPI representa uma resposta fundamental face ao aumento das situações de dependência severa, demência e incapacidade funcional.

Em muitos casos, trata-se de situações de abandono, solidão extrema ou incapacidade das famílias para assegurar os cuidados necessários. A ERPI garante acompanhamento permanente, cuidados de saúde, alimentação, atividades de estimulação e apoio psicossocial, promovendo qualidade de vida, segurança e dignidade aos residentes.

A ERPI dispõe de **31 camas**, distribuídas da seguinte forma:

- **6 camas** ao abrigo do **Acordo Atípico – Altas Hospitalares (Portaria n.º 38-A/2023)**, enquadrado nos instrumentos de cooperação celebrados entre



instituições particulares de solidariedade social (IPSS), o Instituto da Segurança Social, I.P. e entidades do setor da saúde, no âmbito da gestão de altas hospitalares e continuidade de cuidados.

- **24 camas** ao abrigo de **Acordo Típico de Cooperação com a Segurança Social**, regulado pelo Estatuto das IPSS (Decreto-Lei n.º 172-A/2014) e pela legislação enquadradora dos acordos de cooperação celebrados com o Instituto de Segurança Social, I.P.

A ERPI rege-se ainda pela legislação aplicável às estruturas residenciais, nomeadamente a **Portaria n.º 67/2012**, que define as condições de organização, funcionamento e instalação das ERPI.

Capacidade e Taxa de Ocupação

Capacidade instalada: 31 camas

Taxa de ocupação em 2025: 86%

A taxa de ocupação revela uma utilização consistente da capacidade instalada, assegurando sustentabilidade da resposta e evidenciando procura significativa, tanto a nível concelhio como supraconcelhio.

Perfil dos Residentes

67% dos residentes são dependentes (61% em 2024), verificando-se um aumento da complexidade dos cuidados prestados.

Este dado confirma uma tendência crescente de admissão de residentes com maior fragilidade física e funcional, exigindo maior intensidade de cuidados.

Mantém-se a predominância do **sexo feminino** (62%), refletindo a maior longevidade das mulheres.

A média de idades é de **83 anos** com seguinte distribuição etária:

- **60–69 anos:** 5%
- **70–79 anos:** 40%
- **80–89 anos:** 23%
- **90 anos:** 33%

Observa-se um **envelhecimento da população residente**, com aumento significativo da faixa etária **superior a 90 anos** (33% em 2025 face a 22% em 2024), evidenciando maior longevidade e maior exigência ao nível dos cuidados permanentes.

Em 2025 registaram-se **40 saídas**, distribuídas da seguinte forma:

- **Falecimento:** 6 (15%) – redução face a 2024 (23%)
- **Desistências:** 1 (3%)
- **Outros motivos:** 33 (83%) – incluem transferências, regressos ao domicílio ou integração noutras respostas

A redução da taxa de falecimento poderá estar associada a melhorias na vigilância clínica e acompanhamento multidisciplinar.



A maioria dos residentes provém de **fora do concelho (76%)**, confirmando a ERPI como resposta de referência supraconcelhia.

O aumento da percentagem de dependentes e da população com mais de 90 anos traduz maior exigência técnica, assistencial e organizacional.

Os principais constrangimentos registados em 2025 foram:

- **Rotatividade de pessoal**, impactando a estabilidade das equipas;
- **Necessidade de reforço da formação profissional**, especialmente em áreas como geriatria, demências e cuidados a pessoas com elevada dependência.

Estes fatores influenciam diretamente a qualidade e continuidade dos cuidados, exigindo investimento na valorização e capacitação dos recursos humanos.

Em 2025, a ERPI consolidou-se como uma **resposta estruturante** na área residencial para pessoas idosas, apresentando elevada ocupação e crescente complexidade assistencial.

O perfil dos residentes demonstra **envelhecimento acentuado** e maior dependência, reforçando a **necessidade de equipas qualificadas, estabilidade organizacional** e contínua adaptação às exigências demográficas e sociais atuais.

Resultados de exploração da valência

	2025	2024	Varição
Utentes	280 979,47 €	211 053,59 €	+ 33,13%
Segurança Social	239 197,92 €	330 501,09 €	- 27,63%
Outros rendimentos	18 435,30 €	14 478,20 €	+ 27,33%
Total dos rendimentos	538 612,69 €	556 032,98 €	- 3,13%
Alimentação	89 585,07 €	112 046,76 €	- 20,05%
Lavandaria	15 566,07 €	-	-
Pessoal	286 159,74 €	275 248,41 €	+ 3,96%
Outros gastos	114 186,66 €	120 612,81 €	- 5,33%
Total dos gastos	515 908,34 €	529 105,82 €	- 2,49%
Resultado de exploração	22 704,35 €	26 927,17 €	- 15,68%

Em 2025, a instituição decidiu baixar para de 20 para 6 camas destinadas ao acordo atípico referente às altas hospitalares. Esta decisão teve como consequência uma **alteração estrutural na composição das receitas**.

Assim, assiste-se a um **grande aumento das participações dos utentes (+33%)**, visto a que nas altas hospitalares, o utente não tinha qualquer encargo e no novo acordo típico para 24 camas, o utente passa a suportar um valor próximo do mil e cem euros mensais.

Por outro lado, esta reestruturação da distribuição das camas pelos acordos vigentes, levou a uma **redução significativa da participação da Segurança Social (-27,6%)** decorrente da alteração no tipo de acordo de cooperação.



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Contudo, apesar do forte aumento das mensalidades dos utentes, **não foi suficiente para compensar a redução da participação pública.**

A estrutura de custos mantém o padrão típico das ERPI, com um **peso elevado dos gastos com pessoal** (55% dos gastos totais).

Em 2025, houve uma **redução significativa dos custos com alimentação** (-20%), decorrente de uma melhoria na gestão da quantidade distribuída aos utentes da ERPI.

A diminuição moderada em cerca de **5%** nos outros gastos, mostra algum esforço de contenção.

Os custos mensais/utente foram os seguintes:

2024	1.556,51 €
2025	1.451,38 €

Em 2015, houve uma redução de **105,13 € por utente/mês** (-6,8%). Esta descida indica uma **melhoria da eficiência** na gestão da ERPI e uma **redução de alguns custos operacionais** (alimentação, consumos, serviços externos)

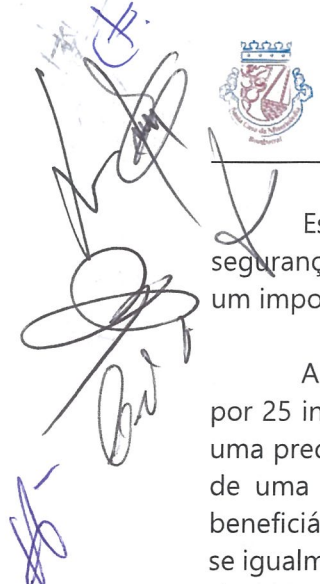
Em estruturas residenciais para idosos é relativamente **raro observar diminuição do custo médio**, pois o setor tem registado aumentos devido a subida de salários, inflação alimentar e uma maior dependência dos residentes.

Estudos recentes sobre ERPI indicam que o custo médio mensal de uma vaga comparticipada ronda os **1.629 €**, podendo atingir cerca de **1.873 €** dependendo da tipologia e localização da instituição. Vários relatórios de instituições sociais mostram custos reais na ordem de **1.500 € – 1.600 € por residente/mês** em ERPI do setor social.

Pontos fortes	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Custo por utente inferior à média nacional• Redução significativa do custo entre 2024 e 2025• Boa gestão para uma estrutura de pequena dimensão (31 camas)	<ul style="list-style-type: none">• Estruturas pequenas têm menor margem de eficiência• Pressão dos custos com pessoal• Dependência da participação pública.

5.4 Cantina Social

A **Cantina Social** assume particular relevância num contexto de fragilidade económica, apoiando famílias vulneráveis, pessoas em situação de desemprego e agregados com baixos rendimentos.



Esta resposta assegura o acesso a refeições equilibradas, contribuindo para a segurança alimentar e para a mitigação dos impactos da pobreza, constituindo também um importante ponto de contacto e acompanhamento social.

A população sinalizada para apoio alimentar através da cantina social é composta por 25 indivíduos, com idades compreendidas entre os **35 e os 72 anos**, verificando-se uma predominância clara de pessoas com **60 ou mais anos**. Trata-se, maioritariamente, de uma população envelhecida, com forte incidência de **pensionistas**, muitos deles beneficiários de pensões de velhice, invalidez ou sobrevivência de baixo valor. Observa-se igualmente uma presença significativa de pessoas em situação de desemprego, várias das quais dependentes do **Rendimento Social de Inserção**, da **Prestação Social para a Inclusão** ou de **subsídio de desemprego**. Existem ainda situações de aguardar deferimento de pensão e casos pontuais de trabalho informal ou biscates, revelando instabilidade e fragilidade ao nível dos rendimentos.

Em termos de género, verifica-se uma **predominância do sexo masculino**, embora exista também um número relevante de mulheres, sobretudo em faixas etárias mais elevadas. Algumas destas utentes acumulam responsabilidades familiares, nomeadamente apoio a irmãos ou netos em situação de vulnerabilidade, o que agrava a sua condição socioeconómica.

Relativamente à situação habitacional, constata-se diversidade de contextos, incluindo casa própria, casa arrendada, quartos arrendados e habitações cedidas por amigos ou instituições. Destacam-se várias situações de precariedade, nomeadamente pessoas a residir em quartos arrendados sem despesas incluídas, habitação cedida de forma informal, anexos ou partilha de residência por necessidade económica. Mesmo nos casos de casa própria, a vulnerabilidade mantém-se devido à insuficiência de rendimentos para assegurar despesas correntes e encargos fixos.

Foram ainda identificadas situações acompanhadas por entidades públicas, nomeadamente sinalizações por parte do **Ministério Público** e da **Saúde Pública**, bem como beneficiários de apoio institucional específico. Estes elementos reforçam o enquadramento de fragilidade social, económica e, em alguns casos, familiar.

Globalmente, esta população caracteriza-se por um elevado grau de vulnerabilidade socioeconómica, marcada pelo envelhecimento, dependência de prestações sociais, desemprego prolongado, rendimentos reduzidos e, em vários casos, isolamento social. Neste contexto, a cantina social assume um papel fundamental na garantia da segurança alimentar destes beneficiários, contribuindo não apenas para a satisfação de necessidades básicas, mas também para a promoção da dignidade, estabilidade e acompanhamento social de pessoas em situação de risco.

Foram servidas a 27 utentes **17.954 refeições** servidas no âmbito desta valência, uma **redução de 658 refeições** relativamente ao ano anterior. A valência teve um **resultado positivo de 8 282,16 €**.



6. Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2025, a instituição tinha **95 trabalhadores com vínculo laboral**, distribuídos pelas seguintes profissões:

Ajudante de cozinha	3
Ajudante de lar	13
Ajudante familiar	14
Animador sociocultural	1
Assistentes administrativos	5
Auxiliar de saúde	17
Consultor jurídico	1
Contabilista Certificado	1
Cozinheiro	5
Dietista e Nutricionista	1
Enfermeiro	11
Fisioterapeuta	4
Psicólogo	2
Técnico Superior de Serviço Social	3
Terapeuta Ocupacional	1
Trabalhador de Limpeza Hospitalar	4
Trabalhador de Serviços Gerais	9

No ano em análise, houve um **acréscimo de 8 trabalhadores** relativamente ao período homólogo.

Acresce o número de trabalhadores em prestação de serviços (36) que trabalharam 14.231 horas, um decréscimo de 10,98% relativamente ao ano anterior.

Durante o ano de 2025, a **taxa de turnover** (saídas e entradas) foi de **28%** (para uma saída, houve quatro saídas), um decréscimo significativo relativamente a 2024, contribuindo para a estabilidade permanente do quadro laboral.

O **absentismo em 2025 foi de 8,2%**, um decréscimo de 2,2 pontos relativamente ao ano anterior. O **número de horas extraordinárias diminuiu 9,76%**, num total de 2.386 horas.

O **salário bruto médio em 2025 foi de 1.225,98 €**, num total de remunerações pagas de 1.418.456 €, um acréscimo de 1,93% ao período homólogo.

Além das remunerações, a instituição teve outros gastos com pessoal, nomeadamente, com o **seguro de saúde** para os trabalhadores de 9 099,04 €, **formação profissional** no valor de 6 494,02 € e **vestuário e calçado profissional** no valor de 1 944,87 €.



7. Análise Económico-Financeira

7.1 Enquadramento Económico

O exercício de 2025 desenvolveu-se num contexto económico ainda marcado por ajustamentos estruturais iniciados nos anos anteriores, refletindo-se diretamente na gestão das **Instituições Particulares de Solidariedade Social**, designadamente na sustentabilidade financeira das suas respostas sociais.

Evolução da inflação

Embora se tenha verificado uma desaceleração face aos picos inflacionistas registados no período pós-pandemia, a inflação manteve-se em níveis que continuam a impactar os custos operacionais das instituições. A atualização generalizada de preços em bens alimentares, produtos de higiene, serviços contratualizados e materiais de consumo corrente traduziu-se num aumento significativo da despesa corrente, pressionando a estrutura de custos.

Para uma instituição com forte componente de despesas fixas e contratos de fornecimento contínuo, como a Santa Casa da Misericórdia do Bombarral, este contexto exigiu uma monitorização rigorosa da execução orçamental e uma gestão prudente dos recursos disponíveis.

Aumento do Salário Mínimo Nacional

A atualização do Salário Mínimo Nacional, medida socialmente relevante e essencial para a valorização do trabalho, teve impacto direto na estrutura remuneratória da Instituição. Considerando que uma parte significativa dos colaboradores auferem remunerações próximas deste referencial, o seu aumento implicou um acréscimo global da massa salarial e das contribuições associadas.

Sendo os custos com pessoal a principal rubrica de despesa das respostas sociais, esta evolução reforçou a necessidade de equilíbrio entre a valorização dos recursos humanos — fundamental para a qualidade do serviço prestado — e a sustentabilidade financeira da Instituição.

Pressão nos custos energéticos

Apesar de alguma estabilização nos mercados energéticos, os custos com eletricidade e gás mantiveram-se em patamares elevados quando comparados com o período pré-crise energética. Para instituições com funcionamento permanente, como **ERPI, Unidades de Cuidados Continuados** e serviços de apoio, a energia constitui uma componente estrutural e incompressível da despesa.

Neste enquadramento, os investimentos realizados na melhoria da eficiência energética e na instalação de painéis fotovoltaicos revelam-se estratégicos, permitindo mitigar o impacto dos custos energéticos e promover maior sustentabilidade a médio e longo prazo.



Atualizações dos Acordos de Cooperação com a Tutela

Em 2025 verificaram-se atualizações nos acordos de cooperação estabelecidos com a tutela, procurando acompanhar parcialmente o aumento dos custos de funcionamento das respostas sociais. Estas atualizações constituem um reconhecimento da importância das IPSS no sistema de proteção social, bem como da necessidade de reforçar os mecanismos de financiamento público.

Contudo, importa referir que, apesar dos ajustamentos realizados, a comparticipação pública continua, em muitos casos, aquém do custo real por utente, exigindo às instituições um esforço acrescido de gestão, diversificação de receitas e procura constante de eficiência operacional.

Neste contexto económico exigente, a SCMB procurou assegurar uma gestão equilibrada, responsável e transparente, mantendo o foco na qualidade dos serviços prestados e na continuidade da sua missão social, sem comprometer a sustentabilidade futura da Instituição.

7.2 Análise do Balanço

Ativo não corrente

Ano	Valor (€)	Varição (€)
2024	2.780.640,29	
2025	2.766.976,12	-13.664,17

O ativo não corrente manteve-se **relativamente estável**, registando uma **ligeira diminuição (-0,5%)**.

A estrutura é dominada por:

- **Ativos fixos tangíveis** (~2,76 M€), que representam a maior parte do património.
- Pequena redução em **investimentos financeiros e outros créditos não correntes**.

Isto mostra que a instituição mantém uma estrutura patrimonial fortemente assente em ativos fixos, típica de instituições sociais com infraestruturas (lares, equipamentos, edifícios).

Ativo corrente

Ano	Valor (€)	Varição (€)
2024	475.349,73	
2025	543.154,12	+67.804,39

O ativo corrente aumentou cerca de **67.805 € (+14,3%)**.

Principais alterações:

- **Créditos a receber** aumentaram significativamente: 335.539€ → 449.728€;
- **Inventários** diminuíram: 38.409€ → 29.540€;

- Caixa e depósitos bancários diminuíram bastante: 83.600€ → 39.713€.

O aumento do ativo corrente resulta essencialmente de valores a receber, e não de maior liquidez imediata.

Estrutura do passivo

Ano	Valor (€)	Varição (€)
2024	2.499.609,82	
2025	2.307.594,58	- 192.015,24

O passivo reduziu de 7,7%, indicando uma **diminuição do nível de endividamento**.

Principais variações:

- **Financiamentos obtidos** diminuíram: 1.758.357€ → 1.546.546€;
- **Fornecedores** reduziram ligeiramente;
- **Outros passivos correntes** aumentaram.

A redução da dívida financeira é um sinal positivo para a estabilidade financeira da instituição.

Fundos patrimoniais

Ano	Valor (€)	Varição (€)
2024	756.380,20	
2025	1.002.536,36	+ 246.156,16

Os fundos patrimoniais aumentaram cerca de **+32,5%**.

Principais fatores:

- **Resultado líquido** positivo em 2025 (108.920€);
- aumento dos **ajustamentos nos fundos patrimoniais**;
- recuperação dos **resultados transitados** negativos.

Este aumento reforça significativamente a autonomia financeira da instituição.

Passivo (Curto e Longo Prazo)

Em 31 de dezembro de 2025, o **passivo total da instituição ascendeu a 2.307.594,58 euros**, registando **uma diminuição de 192.015,24 euros** face ao exercício anterior, no qual se situava em **2.499.609,82 euros**.

A estrutura do passivo continua a evidenciar um peso significativo das responsabilidades de curto prazo, destacando-se as rubricas de **financiamentos obtidos, fornecedores, outros passivos correntes e responsabilidades perante o Estado e outros entes públicos**.

Importa salientar a redução registada na rubrica de **financiamentos obtidos**, que passou de **1.758.357,15 euros em 2024 para 1.546.546,19 euros em 2025**, traduzindo um



esforço de diminuição da dívida financeira e contribuindo para o reforço do equilíbrio da estrutura financeira da Instituição.

Globalmente, a evolução do passivo reflete **uma tendência de redução do nível de endividamento**, o que constitui um sinal positivo em termos de sustentabilidade financeira.

Autonomia Financeira

Os **fundos patrimoniais** atingiram, no final do exercício de 2025, o montante de **1.002.536,36 euros**, evidenciando um crescimento significativo relativamente a 2024, ano em que se situavam em **756.380,20 euros**.

Este reforço resulta, sobretudo, do **resultado líquido positivo apurado no exercício**, no montante de **108.920,54 euros**, bem como da evolução favorável dos **resultados transitados** e das **variações nos fundos patrimoniais**.

Em consequência, o indicador de **autonomia financeira**, que mede o peso dos fundos patrimoniais no financiamento do ativo total da instituição, registou uma melhoria relevante, passando de **23,2% em 2024 para 30,3% em 2025**. Esta evolução demonstra um reforço da capacidade da Instituição para financiar os seus ativos com recursos próprios, reduzindo a dependência de capitais alheios.

Fundo de Maneio

O **fundo de manei**o, determinado pela diferença entre o ativo corrente e o passivo corrente, manteve-se negativo nos exercícios analisados. Em 2025, o fundo de manei o apresentou o valor de **-1.764.439,76 euros**, comparativamente com **-2.024.260,09 euros** em 2024.

Apesar de continuar a evidenciar uma situação de desequilíbrio estrutural entre ativos e passivos de curto prazo, verifica-se uma **melhoria relativamente ao exercício anterior**, refletindo a evolução do ativo corrente e a redução do passivo global. Esta situação exige, contudo, **uma gestão rigorosa da tesouraria e dos compromissos de curto prazo**, de modo a assegurar o cumprimento atempado das responsabilidades assumidas pela Instituição.

Indicadores Económico-Financeiros

Liquidez Geral

O indicador de **liquidez geral**, que mede a capacidade da Instituição para satisfazer as suas obrigações de curto prazo através dos ativos correntes, apresentou a seguinte evolução:

- 2024: 0,19
- 2025: 0,24

Apesar de se manter abaixo dos valores de referência considerados ideais, observa-se uma **melhoria da capacidade de cobertura das responsabilidades de curto prazo**.



Liquidez Reduzida

A **liquidez reduzida**, que exclui os inventários do ativo corrente e permite avaliar a liquidez mais imediata, registou igualmente uma evolução favorável:

- 2024: 0,17
- 2025: 0,23

Este indicador confirma uma **ligeira melhoria da posição de liquidez**, ainda que permaneça abaixo dos níveis considerados mais adequados.

Autonomia Financeira

O rácio de **autonomia financeira** evoluiu positivamente entre os dois exercícios:

- 2024: 23,2%
- 2025: 30,3%

Este aumento evidencia um **reforço da estrutura de capitais próprios da Instituição**, contribuindo para uma maior estabilidade financeira.

Endividamento

O indicador de **endividamento**, que mede o peso do passivo no financiamento do ativo total, apresentou a seguinte evolução:

- 2024: 76,8%
- 2025: 69,7%

A redução deste rácio traduz uma **diminuição da dependência de capitais alheios**, refletindo a melhoria da estrutura financeira da Instituição.

Solvabilidade

O rácio de **solvabilidade**, que relaciona os fundos patrimoniais com o passivo total, registou igualmente uma evolução positiva:

- 2024: 0,30
- 2025: 0,43

Este indicador demonstra uma **melhoria da capacidade da Instituição para fazer face às suas obrigações através dos seus recursos próprios**.

A análise da situação financeira da Santa Casa da Misericórdia do Bombarral evidencia, no exercício de 2025, **uma evolução globalmente favorável da estrutura económico-financeira da Instituição**.

Destaca-se o **reforço significativo dos fundos patrimoniais**, a **redução do nível de endividamento** e a conseqüente **melhoria dos indicadores de autonomia financeira e solvabilidade**.

Não obstante estes progressos, os indicadores de liquidez continuam a situar-se **abaixo dos níveis considerados ideais**, refletindo a **necessidade de manter uma gestão prudente da tesouraria e dos compromissos de curto prazo**.



Ainda assim, a evolução verificada entre 2024 e 2025 demonstra um **reforço gradual do equilíbrio financeiro da Instituição**, contribuindo para a **consolidação da sua sustentabilidade no médio e longo prazo**.

7.3 Análise da Demonstração de Resultados

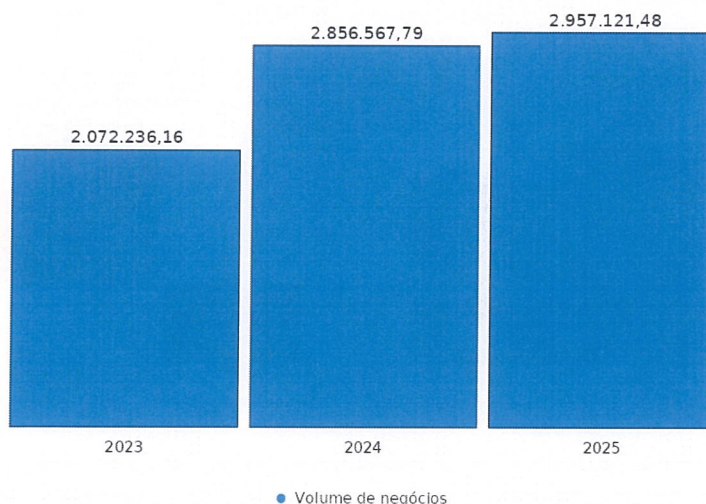
Em 2025 verificou-se crescimento da atividade operacional, com aumento de cerca de 100 mil euros no volume de serviços prestados.

Este crescimento reflete uma maior taxa de ocupação nas respostas sociais, atualização de participações e um aumento da procura pelos serviços da instituição.

Verifica-se uma redução significativa dos subsídios à exploração, superior a 220 mil euros, parcialmente compensada por aumento de outros rendimentos. De realçar que em 2024 houve um subsídio extraordinário da Segurança Social de 250 mil euros.

Esta diminuição explica grande parte da redução do resultado global entre os dois exercícios.

Evolução das receitas



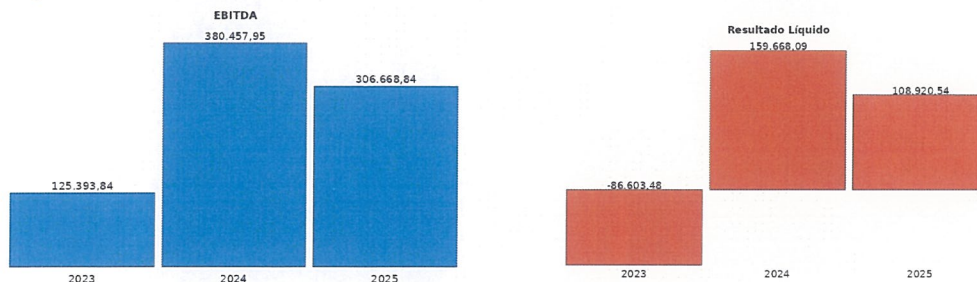
Observa-se na estrutura dos gastos uma **redução dos custos de consumos**, uma **estabilidade nos serviços externos** e um **aumento moderado da massa salarial**.

Estrutura de gastos



Regista-se uma **ligeira redução das depreciações**, o que indica um menor investimento recente em ativos e uma aproximação do fim da vida útil de alguns equipamentos.

Evolução dos resultados



Apesar do crescimento da atividade, a **margem bruta diminuiu** cerca de 118 mil euros, refletindo sobretudo a redução de outros rendimentos e subsídios.

O **resultado operacional** registou uma redução de cerca de 25%, consequência da diminuição de rendimentos complementares e do aumento dos gastos fixos.

Observa-se melhoria da **componente financeira**, com redução dos encargos com juros em cerca de 20 mil euros, resultante da amortização de dívida de cerca de 110 mil euros.

O **EBITDA** corresponde ao **resultado operacional antes de depreciações, gastos financeiros e impostos**, representando a capacidade de a instituição gerar resultados a partir da atividade corrente. Verifica-se **redução significativa do EBITDA** em 2025, devido



à diminuição de subsídios e doações à exploração. Contudo, o valor permanece positivo e relevante, demonstrando capacidade operacional.

A margem operacional sobre o EBITDA reduziu-se cerca de 3 pontos percentuais (13,1% para 10,4%), valor para uma instituição social sem fins lucrativos (entre 8% e 15%) considerado saudável.

Apesar da redução, a instituição apresentou no ano em curso um resultado líquido no valor de 108 920,54, mantendo um resultado positivo nos dois exercícios, demonstrando sustentabilidade económica da atividade.

	2025	2024	Variação
Resultado de exploração	206 002,54 €	275 242,91 €	- 25,16%
EBITDA	313 738,48 €	383 103,92 €	- 18,11%
Resultado financeiro	- 98 309,51 €	- 118 485,57 €	+ 17,03%
Resultado líquido	108 920,44 €	158 679,84 €	- 31,36%

A análise comparativa dos exercícios de 2024 e 2025 evidencia que a Santa Casa da Misericórdia do Bombarral mantém uma situação económica equilibrada, com resultados líquidos positivos e capacidade de geração de excedente operacional.

Contudo, identificam-se alguns fatores relevantes para a gestão futura:

- elevada dependência de subsídios e rendimentos não recorrentes;
- crescimento da estrutura de custos, especialmente com pessoal;
- necessidade de controlo da margem operacional.

Apesar da redução do resultado em 2025, a instituição apresenta resiliência financeira, sendo aconselhável reforçar estratégias de:

- diversificação de receitas
- controlo de custos operacionais
- otimização da estrutura de financiamento.

7.4 Endividamento bancário

Mapa de financiamentos bancários a médio e longo prazo

Financiamentos obtidos de médio e longo prazo	31/12/21	31/12/22	31/12/23	31/12/24	31/12/25	Amortização 2025
Banco Santander Totta (linha COVID)	125 000,00 €	103 070,20 €	78 947,42 €	50 438,67 €	24 122,80 €	26 315,87 €
Banco Montepio	- €	- €	100 000,00 €	95 326,79 €	85 084,26 €	10 242,53 €
Banco Montepio (investimento SAD)	- €	- €	- €	17 500,00 €	13 994,63 €	3 505,37 €
Banco Santander Totta (mlp) - (Investimento ERPI)	- €	994 561,04 €	929 758,78 €	862 272,39 €	791 544,88 €	70 727,51 €
Total	125 000,00 €	1 097 631,24 €	1 108 706,20 €	1 025 537,85 €	914 746,57 €	110 791,28 €

Os resultados líquidos obtidos geraram fluxos de caixa que possibilitaram um decréscimo do endividamento bancário de médio e longo prazo no valor 110.791,28€, sendo 63,84% para abatimento do empréstimo hipotecário da ERPI.



7.5 Investimento

Ativos fixos tangíveis	31/12/25				31/12/24		
	Valor de compra	depreciações acumuladas	Valor contabilístico	Adições	Valor de compra	depreciações acumuladas	Valor contabilístico
Terrenos e recursos naturais	345 170,00 €	- €	345 170,00 €	- €	345 170,00 €	- €	345 170,00 €
Edifícios e outras construções							
Edifícios	2 976 313,73 €	750 772,75 €	2 225 540,98 €	42 167,09 €	2 934 146,64 €	689 012,99 €	2 245 133,65 €
Benfeitorias	339 136,10 €	195 812,48 €	143 323,62 €	55 941,19 €	283 194,91 €	174 437,67 €	108 757,24 €
Equipamento básico							
Equipamento de alojamento dos utentes	9 446,57 €	9 446,57 €	- €	- €	9 446,57 €	9 446,57 €	- €
Equipamento médico-hospitalar	182 661,45 €	182 661,45 €	- €	- €	182 661,45 €	182 661,45 €	- €
Equipamento didático	1 568,58 €	1 568,58 €	- €	- €	1 568,58 €	1 568,58 €	- €
Equipamento de laboratório e de farmácia	4 032,00 €	4 032,00 €	- €	- €	4 032,00 €	4 032,00 €	- €
Outro equipamento básico	44 715,54 €	44 004,21 €	711,33 €	- €	44 715,54 €	43 531,70 €	1 183,84 €
Equipamento de transporte	163 574,81 €	137 655,26 €	25 919,55 €	- €	163 574,81 €	127 935,38 €	35 639,43 €
Equipamento administrativo							
Mobiliário e utensílio administrativo	18 192,65 €	17 591,97 €	600,68 €	- €	18 192,65 €	17 359,41 €	833,24 €
Material de escritório	2 074,60 €	2 074,60 €	- €	- €	2 074,60 €	2 074,60 €	- €
Mobiliário e equipamento social	263 543,04 €	263 543,04 €	- €	- €	263 543,04 €	263 474,39 €	68,65 €
Equipamento informático	93 046,63 €	92 104,26 €	942,37 €	491,88 €	92 554,75 €	91 113,88 €	1 440,87 €
Equipamento de cozinha	105 290,05 €	98 655,20 €	6 634,85 €	- €	105 290,05 €	96 849,85 €	8 440,20 €
Outro equipamento administrativo	59 914,65 €	59 879,80 €	34,85 €	- €	59 914,65 €	59 808,00 €	106,65 €
Ativos biológicos	4 292,70 €	- €	4 292,70 €	4 292,70 €			
Outros ativos tangíveis	40 876,02 €	36 298,01 €	4 578,01 €	- €	40 876,02 €	34 905,05 €	5 970,97 €
Ativo tangível bruto					4 550 956,26 €		
Depreciações acumuladas		1 896 100,18 €				1 798 211,52 €	
Quantia escriturada	4 653 849,12 €		2 757 748,94 €		4 550 956,26 €		2 752 744,74 €
Investimento do ano de 2025				102 892,86 €			

O investimento da instituição em 2025 foi de 102 892,86 €, quase na totalidade na remodelação das instalações.

8. Riscos e Sustentabilidade

A SCMB, enquanto IPSS, inserida num concelho de dimensão moderada e num país com desafios estruturais significativos, enfrenta um conjunto de riscos que importa identificar, avaliar e mitigar de forma estratégica. A análise seguinte considera o contexto local do concelho do Bombarral e o enquadramento nacional de Portugal.

8.1 Risco Financeiro

O risco financeiro decorre da pressão sobre receitas e do aumento sustentado dos custos operacionais, nomeadamente energia, alimentação, manutenção de infraestruturas e encargos com pessoal.

Fatores de risco:

- Atualizações insuficientes das participações estatais face à inflação;
- Aumento das taxas de juro (impacto nos financiamentos existentes);
- Crescimento dos custos energéticos e de bens essenciais;
- Eventual quebra na capacidade contributiva das famílias.

Impacto previsível (curto e médio prazo):

- Redução das margens operacionais;
- Maior necessidade de recurso a financiamento externo;
- Pressão sobre a tesouraria e aumento de encargos financeiros.



A **avaliação do risco económico e financeiro** da Santa Casa da Misericórdia do Bombarral foi realizada com base nos principais indicadores de alavancagem operacional, estrutura financeira, solvabilidade e rentabilidade, permitindo analisar a sensibilidade da Instituição às variações da atividade e ao nível de endividamento.

O **grau de alavanca operacional** registou um **aumento significativo**, passando de 7,02 em 2024 para 12,96 em 2025. Este indicador mede a sensibilidade dos resultados operacionais face a variações no volume de atividade.

O aumento observado indica que pequenas variações no volume de rendimentos ou atividade podem ter um impacto mais significativo nos resultados da Instituição, refletindo um maior peso dos custos fixos na estrutura de custos.

Relativamente ao **ponto crítico** (*break-even point*), verificou-se uma ligeira redução, passando de **2.918.812,33 euros** em 2024 para **2.902.584,78 euros** em 2025. Este indicador representa o nível mínimo de volume de atividade necessário para cobrir a totalidade dos custos.

A **margem de segurança** passou de -0,02 em 2024 para 0,02 em 2025, evidenciando uma **melhoria da posição económica da Instituição**. Este indicador revela que, em 2025, a atividade desenvolvida se situou ligeiramente acima do ponto crítico, reduzindo o risco operacional face ao exercício anterior.

No que respeita à **estrutura financeira**, o indicador registou uma **evolução favorável**, reduzindo-se de 3,30 em 2024 para 2,30 em 2025, refletindo uma diminuição relativa do peso do passivo face aos capitais próprios.

Apesar da redução da rentabilidade dos ativos, a Instituição conseguiu manter resultados positivos e melhorar alguns indicadores de equilíbrio financeiro, nomeadamente a **margem de segurança e a solvabilidade**, o que contribui para reforçar a sustentabilidade económica da organização.

Neste contexto, torna-se importante manter **uma gestão prudente dos custos operacionais, do nível de endividamento e da eficiência na utilização dos recursos**, de forma a mitigar os riscos identificados e assegurar a estabilidade financeira da Instituição no médio e longo prazo.

8.2 Risco Demográfico

O concelho do Bombarral, à semelhança de muitas zonas do interior e litoral intermédio do país, apresenta tendência de envelhecimento populacional e crescimento demográfico moderado ou estagnado.

Fatores de risco:

- Envelhecimento acentuado da população;
- Diminuição da população ativa;
- Redução do número de nascimentos;



- Migração de jovens para centros urbanos.

Impacto previsível:

- Aumento da procura por respostas na área da terceira idade (ERPI, SAD);
- Redução da base de recrutamento de colaboradores locais;
- Maior pressão sobre respostas sociais especializadas.

Este cenário, embora represente uma oportunidade de reforço das respostas geriátricas, implica maior exigência técnica e financeira.

8.3 Dependência do Estado

A forte dependência de acordos de cooperação e comparticipações públicas constitui um risco estrutural para a sustentabilidade institucional.

Fatores de risco:

- Alterações nas políticas públicas sociais;
- Atrasos nos pagamentos ou revisão de acordos;
- Limitações orçamentais do Estado;
- Alterações legislativas que imponham novos requisitos técnicos sem financiamento correspondente.

Impacto previsível:

- Vulnerabilidade financeira em caso de alteração de enquadramento legal;
- Redução da autonomia estratégica;
- Necessidade de adaptação rápida a novas exigências regulamentares.

8.4 Escassez de Recursos Humanos

A dificuldade no recrutamento e retenção de profissionais qualificados constitui um dos maiores desafios atuais do setor social em Portugal.

Fatores de risco:

- Baixos níveis salariais comparativamente a outros setores;
- Elevada exigência física e emocional das funções;
- Concorrência com instituições privadas e setor público;
- Envelhecimento da força de trabalho.

Impacto previsível:

- Dificuldades na manutenção dos rácios legais;
- Sobrecarga das equipas existentes;
- Potencial diminuição da qualidade do serviço;
- Aumento do absentismo e rotatividade.

No contexto local do Bombarral, a menor densidade populacional pode agravar este desafio.



8.5 Estratégias de Mitigação

Face aos riscos identificados, propõem-se as seguintes linhas estratégicas de mitigação:

1. Mitigação do Risco Financeiro

- Reforço do controlo orçamental e planeamento plurianual;
- Redução progressiva do endividamento de curto prazo;
- Diversificação de fontes de receita (novos serviços, donativos, parcerias);
- Candidaturas a fundos comunitários e nacionais.

2. Mitigação do Risco Demográfico

- Ajustamento estratégico das valências às tendências populacionais;
- Desenvolvimento de serviços diferenciados para a população sénior;
- Promoção de iniciativas intergeracionais que valorizem a comunidade local.

3. Mitigação da Dependência do Estado

- Aumento do peso das receitas próprias;
- Estabelecimento de parcerias com entidades privadas;
- Desenvolvimento de projetos financiados por fundos europeus;
- Consolidação da reputação institucional junto da comunidade.

4. Mitigação da Escassez de Recursos Humanos

- Investimento na formação e valorização profissional;
- Criação de incentivos não salariais (flexibilidade, reconhecimento, estabilidade);
- Protocolos com escolas profissionais e instituições de ensino;
- Promoção de uma cultura organizacional positiva e motivadora.

No curto e médio prazo, a Santa Casa da Misericórdia do Bombarral enfrentará **desafios estruturais que refletem a realidade demográfica, económica e social do concelho e do país**. Contudo, através de uma gestão estratégica prudente, diversificação de receitas, investimento em pessoas e reforço de parcerias, será possível transformar riscos em oportunidades, assegurando a continuidade e sustentabilidade da missão social da Instituição.

9. Plano Estratégico 2026

No contexto social e económico atual, marcado por exigências crescentes de qualidade, sustentabilidade e inovação, a SCMB assume para 2026 um compromisso estratégico centrado na modernização, diversificação e fortalecimento institucional. Este plano orienta-se por cinco eixos fundamentais:



9.1 Investimentos Previstos – Eficiência Energética e Sustentabilidade Ambiental

Em 2026, será implementado um Programa de Eficiência Energética, financiado pelo Fundo Ambiental, com o objetivo de reduzir o consumo energético, diminuir a pegada carbónica e otimizar os custos operacionais da Instituição. Este investimento reforça o compromisso da Instituição com a sustentabilidade ambiental e financeira, promovendo uma gestão responsável dos recursos.

9.2 Reforço de valências e diversificação de serviços

Com vista à redução da dependência do cliente Estado e ao fortalecimento da autonomia institucional, prevê-se:

- Criação de novos serviços de apoio à comunidade, ajustados às necessidades emergentes;
- Requalificação e modernização de alguns equipamentos e infraestruturas;
- Reforço da formação e qualificação contínua dos profissionais, valorizando o capital humano como principal ativo da Instituição.

Esta estratégia permitirá alargar a base de utentes, melhorar a qualidade do serviço prestado e consolidar novas fontes de receita.

9.3 Sustentabilidade financeira

A solidez financeira constitui uma prioridade estratégica. Em 2026, será continuada uma política de:

- Redução progressiva dos empréstimos de curto prazo;
- Planeamento financeiro mais rigoroso e previsional;
- Controlo e otimização de custos operacionais;
- Reforço da captação de fundos e candidaturas a programas de financiamento.

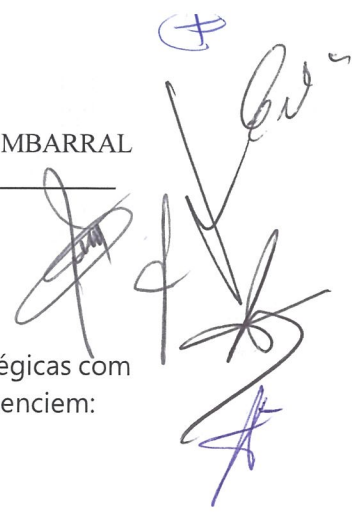
A diminuição dos encargos financeiros permitirá libertar recursos para investimento social e melhoria contínua dos serviços.

9.4 Digitalização e modernização organizacional

A transformação digital será um dos pilares estruturantes do Plano Estratégico 2026. As medidas incluem:

- Implementação de ferramentas de gestão digital integradas;
- Digitalização de processos administrativos;
- Reforço da segurança informática e proteção de dados;
- Melhoria dos canais de comunicação com utentes, colaboradores e parceiros.

A digitalização permitirá maior eficiência operacional, transparência e rapidez na tomada de decisão.



9.5 Parcerias e sinergias para maior impacto social

A Instituição apostará no fortalecimento e aumento de parcerias estratégicas com entidades públicas, privadas e do setor social, promovendo sinergias que potenciem:

- Partilha de recursos e conhecimento;
- Projetos conjuntos de intervenção social;
- Maior impacto na comunidade local;
- Eficiência social e económica.

A cooperação será um instrumento essencial para ampliar a capacidade de resposta e consolidar o papel da Santa Casa como agente de desenvolvimento social no concelho.

10. Proposta de Aplicação dos resultados

No exercício económico findo em **31 de dezembro de 2025**, a **Santa Casa da Misericórdia do Bombarral** apurou um **resultado líquido positivo no montante de 108.920,54 euros**, refletindo o desempenho global da instituição no decurso do referido período e a gestão dos recursos afetos às diversas respostas sociais e atividades desenvolvidas.

Este resultado resulta da conjugação do volume de serviços prestados, dos apoios recebidos e da gestão criteriosa dos gastos operacionais, permitindo à instituição manter um desempenho económico positivo, apesar do contexto exigente que caracteriza o setor social, nomeadamente ao nível da evolução dos custos operacionais e da necessidade permanente de assegurar elevados padrões de qualidade na prestação dos serviços.

Tendo presente a natureza e a missão da Santa Casa da Misericórdia do Bombarral, enquanto instituição particular de solidariedade social, e considerando a importância de reforçar a sua solidez financeira e capacidade de resposta futura, a **Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2025, no montante de 108.920,54 euros, seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados.**

A afetação do resultado a resultados transitados permitirá **reforçar os capitais próprios da instituição**, contribuindo para a consolidação da sua sustentabilidade financeira e criando condições para fazer face a necessidades futuras, designadamente ao nível da manutenção e melhoria das infraestruturas, modernização de equipamentos e desenvolvimento das respostas sociais.

Deste modo, considera a Mesa Administrativa que esta proposta de aplicação dos resultados se revela adequada à prossecução dos objetivos institucionais e à continuidade da missão social da Santa Casa da Misericórdia do Bombarral.





MAPAS CONTABILÍSTICOS

Balço - (modelo para ESNL)
em 31-12-2025
(montantes em EURO)

Santa Casa da Misericórdia do Bombarral



RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.762.382,49	2.759.715,29
Ativos intangíveis	5		871,20
Investimentos financeiros		4.400,00	6.200,00
Outros créditos e ativos não correntes		193,63	13.853,80
		2.766.976,12	2.780.640,29
Ativo corrente			
Inventários	7	29.540,84	38.409,40
Créditos a receber	11	449.728,95	334.550,83
Estado e outros entes públicos		3.304,54	3.190,15
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11	6.187,98	3.157,96
Diferimentos		14.679,32	11.452,74
Caixa e depósitos bancários		39.713,19	83.600,30
		543.154,82	474.361,38
		3.310.130,94	3.255.001,67
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	15	132.955,69	-25.724,05
Excedentes de revalorização	4;5	161.000,00	161.000,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10	599.660,13	461.436,16
Resultado líquido do período		108.920,54	158.679,74
		1.002.536,36	755.391,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6;11	914.746,57	1.081.093,41
Outras dívidas a pagar	11	74.804,21	55.604,76
		989.550,78	1.136.698,17
Passivo corrente			
Fornecedores	11	211.610,87	221.274,15
Estado e outros entes públicos		74.062,58	65.916,20
Financiamentos obtidos	6;11	631.799,62	677.263,74
Diferimentos		107.836,42	119.551,14
Outros passivos correntes	11;12	292.734,31	278.906,42
		1.318.043,80	1.362.911,65
		2.307.594,58	2.499.609,82
		3.310.130,94	3.255.001,67

Handwritten signature



Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) do período findo em 31-12-2025 (montantes em EURO)

Santa Casa da Misericórdia do Bombarral

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	2.957.121,48	2.856.567,79
Subsídios, doações e legados à exploração	10	90.992,56	312.433,29
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-396.470,67	-407.298,40
Fornecimentos e serviços externos	8	-657.935,86	-657.342,48
Gastos com o pessoal	12	-1.756.883,93	-1.715.930,91
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	506,48	4.505,30
Outros rendimentos	8	77.705,10	54.072,53
Outros gastos		-8.366,32	-67.537,52
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		306.668,84	379.469,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	-100.666,20	-104.950,16
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		206.002,64	274.519,44
Juros e rendimentos similares obtidos	8	1.227,41	2.645,87
Juros e gastos similares suportados	6	-98.309,51	-118.485,57
Resultado antes de impostos		108.920,54	158.679,74
Resultado líquido do período		108.920,54	158.679,74

Direção

Contabilista Certificado N° 56322

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Santa Casa da Misericórdia do Bombarral
(modelo para ESNL)
do período findo em 31-12-2025
(montantes em EURO)

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		2.944.577,45	2.932.726,94
Pagamentos a fornecedores		668.783,06	665.405,24
Pagamentos ao pessoal	12	1.757.922,46	1.717.518,09
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>517.871,93</u>	<u>549.803,61</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-20.936,71	-21.591,77
Outros recebimentos/pagamentos		-361.719,20	-141.504,15
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>177.089,44</u>	<u>429.891,23</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	85.040,11	71.653,96
<i>Ativos intangíveis</i>	5	-871,20	-1.742,52
<i>Investimentos financeiros</i>		-15.460,17	
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		156.625,25	-3.989,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>			25,50
<i>Dividendos</i>		1.227,41	2.618,31
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>89.143,92</u>	<u>-71.256,63</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	6	211.810,96	270.569,38
<i>Juros e gastos similares</i>	6	98.309,51	118.485,57
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u>-310.120,47</u>	<u>-389.054,95</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>-43.887,11</u>	<u>-30.420,35</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		83.600,30	114.020,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>39.713,19</u>	<u>83.600,30</u>



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Santa Casa da Misericórdia do Bombarral

ANO: 2025

[Handwritten signature]

ÍNDICE

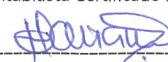
1 - Identificação da entidade	5
1.1 - Dados de identificação	5
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	5
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	5
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras	6
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	6
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	6
3.1 - Principais políticas contabilísticas	6
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas	8
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas	8
3.4 - Correção de erros de períodos anteriores	8
3.6 - Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:	8
4 - Ativos fixos tangíveis	9
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis	9
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	9
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	9
4.2 - Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos, conforme quadro seguinte:	10
4.3 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:	10
4.4 - Outras divulgações	11
5 - Ativos intangíveis	11
5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis	11
5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	11
5.1.2 - Amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas	11
5.1.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	12
5.1.4 - Divulgações de dispêndios com pesquisa e desenvolvimento, conforme quadro seguinte:	12
5.2 - Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos	12
5.3 - Outras divulgações	13
6 - Custos de empréstimos obtidos	13
6.1 - Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:	13
6.2 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:	13
6.3 - Outras divulgações	13
7 - Inventários	14
7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	14
7.2 - Quantia escriturada de inventários	14
7.3 - Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários	14
7.4 - Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:	14
7.5 - Outras divulgações	15
8 - Rendimentos e gastos	15



8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços	15
8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	15
8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	15
8.4 - Outras divulgações sobre rendimentos e gastos	16
9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
9.1 - Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	16
9.2 - Passivos contingentes	17
9.3 - Ativos contingentes	17
9.4 - Divulgações específicas do setor	17
9.5 - Outras divulgações	17
10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	18
10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas	18
10.2 - Benefícios sem valor atribuído obtidos por entidades terceiras	18
10.3 - Principais doadores / fontes de fundos	18
10.4 - Outras divulgações	18
11 - Instrumentos financeiros	18
11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros	18
11.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor	19
11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:	19
11.4 - Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:	19
11.7 - Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano	19
11.8 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano	20
11.9 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:	20
11.10 - Outras divulgações	20
12 - Benefícios dos empregados	21
12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas	21
12.2 - Compromissos existentes em matéria de pensões	21
12.3 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão	21
12.4 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	21
12.5 - Outras divulgações	21
13 - Acontecimentos após a data do balanço	22
13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço	22
13.2 - Outras divulgações	22
15 - Divulgações exigidas por diplomas legais	22
15.1 - Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período	22
15.2 - Informação por atividade económica	22
15.3 - Informação por mercado geográfico	23
15.4 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	23



17 - Locações	23
17.1 - Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:	23
17.2 - Descrição geral dos acordos de locação significativos	24





(#)
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia do Bombarral
Número de identificação de pessoa coletiva: 504536370
Lugar da sede social: Avenida Inocência Cairel Simão 2540-003
Endereço eletrónico: geral@scmbombarral.pt
Página da internet:
Natureza da atividade: Atividades de ação social para pessoas idosas, sem alojamento

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Nada a declarar.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Nada a declarar.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Não existem eventos materialmente relevantes após a data do balanço.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

Não existem ativos intangíveis.



(Handwritten signatures and initials)

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Não existem saldos em moeda estrangeira.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras e não foram constituídas quaisquer provisões.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Não existem contratos de de locação financeira.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)

venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Nada a declarar.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

Nada a declarar.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores

Nada a declarar.

3.6 - Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

Alterações de políticas contabilísticas e erros - impactos:

Descrição	Norma	Efeitos no período anterior	Efeitos no período corrente	Efeitos em períodos seguintes
Apliação inicial de uma norma		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
Alteração voluntária políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
Alteração estimativas contabilísticas		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
Erros materiais		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00



(A.F.)
[Handwritten signatures and initials]

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Nada a declarar.

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	345.170,00	3.217.341,55	242.424,14	163.574,81	541.569,74	0,00	40.876,02	6.970,55	0,00	4.557.926,81
Depreciações acumuladas	0,00	863.450,66	241.240,30	127.935,38	530.680,13	0,00	34.905,05	0,00	0,00	1.798.211,52
Saldo no início do período	345.170,00	2.353.890,89	1.183,84	35.639,43	10.889,61	0,00	5.970,97	6.970,55	0,00	2.759.715,29
Variáveis do período	0,00	14.973,71	-472,51	-9.719,88	-2.676,86	4.292,70	-1.392,96	-2.337,00	0,00	2.667,20
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	85.040,91	472,51	9.719,88	3.168,74	0,00	1.392,96	0,00	0,00	99.795,00
Depreciações do período	0,00	85.040,91	472,51	9.719,88	3.168,74	0,00	1.392,96	0,00	0,00	99.795,00
Outras transferências	0,00	100.014,62	0,00	0,00	491,88	4.292,70	0,00	-2.337,00	0,00	102.462,20
Saldo no fim do período	345.170,00	2.368.864,60	711,33	25.919,55	8.212,75	4.292,70	4.578,01	4.633,55	0,00	2.762.382,49
Valor bruto no fim do período	345.170,00	3.315.449,83	242.424,14	163.574,81	542.061,62	4.292,70	40.876,02	4.633,55	0,00	4.658.482,67
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	946.585,23	241.712,81	137.655,26	533.848,87	0,00	36.298,01	0,00	0,00	1.896.100,18



Ativos fixos tangíveis - Movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	345.170,00	3.207.382,24	242.424,14	124.695,43	536.582,09	0,00	35.365,62	4.633,55	0,00	4.496.253,07
Depreciações acumuladas	0,00	784.246,34	240.654,07	122.726,67	513.612,44	0,00	33.764,36	0,00	0,00	1.695.003,88
Saldo no início do período	345.170,00	2.423.135,90	1.770,07	1.968,76	22.969,65	0,00	1.601,26	4.633,55	0,00	2.801.249,19
Variações do período	0,00	-69.245,01	-586,23	33.670,67	-12.080,04	0,00	4.369,71	2.337,00	0,00	-41.533,90
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	79.204,32	705,29	5.208,71	16.948,63	0,00	1.140,69	0,00	0,00	103.207,64
Depreciações do período	0,00	79.204,32	705,29	5.208,71	16.948,63	0,00	1.140,69	0,00	0,00	103.207,64
Outras transferências	0,00	9.959,31	119,06	38.879,38	4.868,59	0,00	5.510,40	2.337,00	0,00	61.673,74
Saldo no fim do período	345.170,00	2.353.890,89	1.183,84	35.639,43	10.889,61	0,00	5.970,97	6.970,55	0,00	2.759.715,29
Valor bruto no fim do período	345.170,00	3.217.341,55	242.424,14	163.574,81	541.569,74	0,00	40.876,02	6.970,55	0,00	4.557.926,81
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	863.450,66	241.240,30	127.935,38	530.680,13	0,00	34.905,05	0,00	0,00	1.798.211,52

4.2 - Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - informações adicionais:

Descrição	Descrição	Valor
Depreciações reconhecidas como parte do custo de outros ativos		0,00
Tipos de ativos		0,00
Compromissos contratuais para aquisição de ativos		0,00
Naturezas dos compromissos		0,00
Compensação de terceiros por AFT em imparidade, perdidos ou cedidos		0,00
Descrições e entidades		0,00

4.3 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:



Ativos fixos tangíveis ao modelo da revalorização - informações:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	TOTAL
Saldo inicial do excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos fixos tangíveis ao modelo da revalorização - informações - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	TOTAL
Saldo inicial do excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nada a declarar.

4.4 - Outras divulgações

Nada a declarar

5 - Ativos intangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Nada a declarar

5.1.2 - Amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas

Nada a declarar

5.1.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos intangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Goodwill	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	109.889,53	0,00	9.780,90	0,00	0,00	119.670,43
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	109.889,53	0,00	9.780,90	0,00	0,00	119.670,43
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	871,20	109.889,53	0,00	9.780,90	0,00	0,00	120.541,63
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	109.889,53	0,00	9.780,90	0,00	0,00	119.670,43
Saldo no início do período	0,00	871,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	871,20
Variações do período	0,00	-871,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-871,20
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações do período	0,00	871,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	871,20
Total diminuições	0,00	871,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	871,20
Saldo no final do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5.1.4 - Divulgações de dispêndios com pesquisa e desenvolvimento, conforme quadro seguinte:

I&D - Dispêndios com pesquisa e desenvolvimento:

Descrição	Gastos	Ativo	Passivo	Total
Gastos com pesquisa	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos com desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DISPÊNDIOS COM I&D	0,00	0,00	0,00	0,00

I&D - Dispêndios com pesquisa e desenvolvimento - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Gastos	Ativo	Passivo	Total
Gastos com pesquisa	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos com desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DISPÊNDIOS COM I&D	0,00	0,00	0,00	0,00

5.2 - Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

Nada a declarar.

Direção

Contabilista Certificado N° 56322



5.3 - Outras divulgações

Nada a declarar

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.1 - Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:

Financiamentos obtidos - gastos capitalizados em ativos:

Descrição	Inventários	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Outros	Total
Custo total do ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos dos empréstimos capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Financiamentos obtidos - gastos capitalizados em ativos - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Inventários	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Outros	Total
Custo total do ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos dos empréstimos capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.2 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Financiamentos obtidos - desagregação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.c apitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos específicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.3 - Outras divulgações

Direção

Contabilista Certificado N° 56322

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	98.309,51	118.485,57
Juros de financiamentos suportados	90.116,77	107.047,64
<i>Outros juros de financiamentos suportados</i>	<i>90.116,77</i>	<i>107.047,64</i>
Outros gastos e perdas financiamento (fin. obtidos)	8.192,74	11.437,93

7 - Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários foram mensurados ao custo médio.

7.2 - Quantia escriturada de inventários

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	29.540,84	29.540,84	0,00	38.409,40	38.409,40
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	396.470,67	396.470,67	0,00	407.298,40	407.298,40
OUTRAS INFORMAÇÕES						

7.3 - Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

Nada a declarar

7.4 - Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:



ANEXO DO ANO DE 2025
(montantes em EURO)

Santa Casa da Misericórdia do Bombarral

Inventários de produção - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Interm. Per. Anterior	Subprd, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES								

7.5 - Outras divulgações

Nada a declarar

8 - Rendimentos e gastos

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Nada a declarar

8.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	2.957.121,48	2.856.567,79
Juros	0,00	25,50
Dividendos	1.227,41	2.618,31
Total	2.958.348,89	2.859.211,60

8.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Direção

Contabilista Certificado N° 56322



Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	86.779,44	89.462,85
Serviços especializados	308.020,48	292.248,82
Trabalhos especializados	29.549,15	39.897,95
Publicidade e propaganda	0,00	369,00
Vigilância e segurança	6.327,18	2.687,55
Honorários	234.406,24	210.001,45
Conservação e reparação	37.737,91	39.292,87
Materiais	9.520,62	11.497,09
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.670,10	5.412,80
Material de escritório	4.066,85	4.590,44
Artigos para oferta	1.581,62	0,00
Outros	1.202,05	1.493,85
Energia e fluidos	102.579,79	110.620,04
Eletricidade	54.345,63	51.900,46
Combustíveis	39.022,99	47.533,66
Água	9.211,17	11.185,92
Deslocações, estadas e transportes	9.012,58	9.139,90
Deslocações e estadas	0,00	40,37
Outros	9.012,58	9.099,53
Serviços diversos	142.022,95	144.373,78
Rendas e alugueres	34.821,52	25.208,45
Comunicação	16.850,42	15.265,19
Seguros	19.795,78	17.756,43
Contencioso e notariado	244,86	75,00
Despesas de representação	158,81	129,05
Limpeza, higiene e conforto	65.085,15	83.030,76
Outros serviços	5.066,41	2.908,90
Total	657.935,86	657.342,48

8.4 - Outras divulgações sobre rendimentos e gastos

Nada a declarar

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1 - Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Direção

Contabilista Certificado N° 56322



ANEXO DO ANO DE 2025
(montantes em EURO)

Santa Casa da Misericórdia do Bombarral

CF.

Provisões - movimentos do período:

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Provisões - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9.2 - Passivos contingentes

Nada a declarar

9.3 - Ativos contingentes

Nada a declarar

9.4 - Divulgações específicas do setor

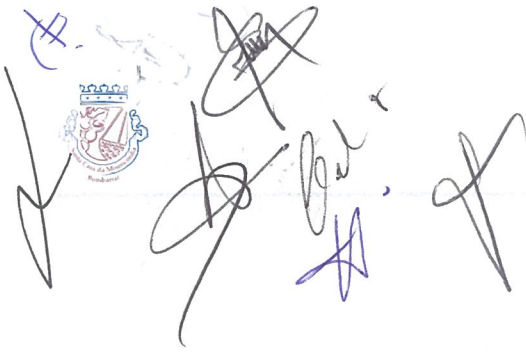
Nada a declarar

9.5 - Outras divulgações

Nada a declarar

Direção

Contabilista Certificado N° 56322



10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Foram atribuídos os seguintes subsídios:
Camara Municipal do Bombarral 15.000€.

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	46.987,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	46.987,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	46.987,58	0,00	444.477,75	0,00	18.401,28	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.2 - Benefícios sem valor atribuído obtidos por entidades terceiras

Nada a declarar

10.3 - Principais doadores / fontes de fundos

O principal doador de 2025 foi a Fundação Social Bancária com 5000€.

10.4 - Outras divulgações

Nada a declarar

11 - Instrumentos financeiros

11.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Nada a declarar.



(Handwritten signatures and initials)

11.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

Nada a declarar

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Identificação	Cotação Mercado	Justo Valor	J. V. em Resultados	J. V. em C. P.	Volume
	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,00

11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Resultados transitados	-25.724,05	0,00	158.679,74	132.955,69
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	161.000,00	0,00	0,00	161.000,00
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	161.000,00	0,00	-161.000,00	0,00
Outros excedentes	0,00	0,00	161.000,00	161.000,00
Outras variações nos capitais próprios	461.436,16	0,00	138.223,97	599.660,13
Subsídios	461.436,16	0,00	138.223,97	599.660,13
Total	596.712,11	0,00	296.903,71	893.615,82

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

11.4 - Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:

Nada a declarar

Garantias Bancárias:

Entidade Financeira	Detalhes da garantia	Montante
		0,00

11.7 - Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço:

Descrição	Valor Período
Total	0,00

Direção

(Handwritten signature)

Contabilista Certificado N° 56322

(Handwritten signature)

11.8 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

Descrição	Valor Período
Dívidas a instituições de crédito	914.746,57
Dívidas por compras e prestações de serviço	56.822,35
Total	0,00

11.9 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11.10 - Outras divulgações

Nada a declarar

Direção

Contabilista Certificado N° 56322



12 - Benefícios dos empregados

12.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	91,00	166.367,00	103,00	183.025,00
Pessoas remuneradas	91,00	166.367,00	103,00	183.025,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	91,00	166.666,00	0,00	0,00
Pessoas a tempo completo	84,00	159.946,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas em tempo parcial	7,00	6.720,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	0,00	0,00	103,00	183.033,00
Masculino	84,00	153.569,00	12,00	21.326,00
Feminino	7,00	6.421,00	91,00	161.707,00
Prestadores de serviços	20,00	20.116,00	36,00	36.209,00

O órgão diretivo da instituição é constituído por 11 mesários, não obtendo qualquer remuneração.

12.2 - Compromissos existentes em matéria de pensões

12.3 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Nada a declarar.

12.4 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período
Gastos com o pessoal	0,00

12.5 - Outras divulgações

Direção

Contabilista Certificado N° 56322



13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

Nada a declarar.

13.2 - Outras divulgações

Nada a declarar.

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.1 - Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período

Nada a declarar

15.2 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

	Descrição	Atividade CAE 1	Total
	CAE	88101	
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços		2.957.121,48	2.957.121,48
Fornecimentos e serviços externos		657.935,86	657.935,86
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		396.470,67	396.470,67
Matérias primas, subsidiárias e de consumo		396.470,67	396.470,67
Gastos com o pessoal		1.756.883,93	1.756.883,93
Remunerações		1.418.456,48	1.418.456,48
Outros gastos		338.427,45	338.427,45
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final		2.762.382,49	2.762.382,49
Propriedades de investimento			



ANEXO DO ANO DE 2025
(montantes em EURO)

Santa Casa da Misericórdia do Bombarral

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Atividade CAE1	Total
CAE	88101	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	2.856.567,79	2.856.567,79
Fornecimentos e serviços externos	657.342,48	657.342,48
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	407.298,40	407.298,40
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	407.298,40	407.298,40
Gastos com o pessoal	1.715.930,91	1.715.930,91
Remunerações	1.373.433,06	1.373.433,06
Outros gastos	342.497,85	342.497,85
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2.759.715,29	2.759.715,29
Propriedades de investimento		

15.3 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	2.957.121,48	0,00	0,00	2.957.121,48
Fornecimentos e serviços externos	657.935,86	0,00	0,00	657.935,86
Rendimentos suplementares:	2.076,63	0,00	0,00	2.076,63
Outros rendimentos suplementares	2.076,63	0,00	0,00	2.076,63

15.4 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem impostos nem dívidas á segurança social em mora.

17 - Locações

17.1 - Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:

Não existem locações financeiras.

Direção

Contabilista Certificado Nº 56322



Locações - desagregação:

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos futuros pagamentos mínimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Locações - desagregação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos futuros pagamentos mínimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

17.2 - Descrição geral dos acordos de locação significativos

Não existem locações financeiras.



ADENDA AO RELATÓRIO E CONTAS DE 2025

(Por lapso, não incluído na versão apresentada)

APOIO ALIMENTAR A CARENCIADOS

No âmbito de uma parceria estabelecida com a **SONAE**, a Santa Casa da Misericórdia do Bombarral procede à distribuição semanal de bens alimentares doados pelo supermercado **Continente** e pela loja **Wells**, destinados a apoiar famílias em situação de carência económica.

Esta iniciativa constitui uma resposta solidária relevante, permitindo reforçar o apoio alimentar a agregados familiares mais vulneráveis do concelho, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida.

Durante o ano de 2025, **o valor estimado dos bens alimentares doados no âmbito desta parceria ascendeu a 7.049,07€**, traduzindo-se num importante contributo para o apoio social prestado pela instituição.

LOJA SOCIAL

Na sequência do término do protocolo estabelecido entre a Santa Casa da Misericórdia do Bombarral e a **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Bombarral** para a cedência de um espaço destinado ao funcionamento da Loja Social, a instituição **procedeu ao encerramento** da mesma durante o ano de 2025.

OUTRAS ATIVIDADES

Durante o ano de 2025, a Santa Casa da Misericórdia do Bombarral integrou diversas estruturas de articulação institucional no concelho, nomeadamente:

- **Comissão Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ);**
- **Núcleo Local de Inserção do Bombarral;**
- **Comissão Executiva da Rede Social do concelho;**
- **Núcleo de Intervenção Local de Apoio à Vítima;**
- **Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Fernão do Pó.**

UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN)

No ano de 2025 foram confeccionadas e servidas **120.562 refeições**, o que representa um **decréscimo de 3.444 refeições** relativamente ao ano anterior.

Relativamente ao custo de uma diária (pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar e ceia), verificou-se um **aumento de 0,79€**, correspondente a um acréscimo de 8,2%.

No que respeita ao custo de matéria-prima por refeição equivalente, registou-se igualmente um **aumento de 0,08€**, correspondente a +4,6% face ao ano de 2024.



PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS (POAPMC)

No âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), a Santa Casa da Misericórdia do Bombarral, enquanto entidade mediadora, procedeu durante o ano de 2025 à **distribuição mensal de cabazes alimentares a 96 pessoas**, menos 10 beneficiários relativamente ao ano de 2024. Estes beneficiários **corresponderam a 35 agregados familiares**, número semelhante ao registado no ano anterior, sendo os mesmos avaliados e selecionados pelo Centro Distrital de Segurança Social de Leiria.

Os cabazes alimentares, concebidos para promover uma alimentação equilibrada e ajustada à dimensão de cada agregado familiar, são compostos por diversos géneros alimentares essenciais, designadamente legumes congelados (alho-francês, cenoura, brócolos, espinafres e mistura de vegetais), peixe e carne congelados, leite, cereais de pequeno-almoço, queijo, bolachas, tostas, arroz, massa esparguete, azeite, conservas (feijão, grão, ervilhas, polpa de tomate, atum, sardinha e cavala), creme vegetal e marmelada.

Esta resposta constitui um importante instrumento de apoio social, contribuindo para garantir o acesso regular a bens alimentares essenciais por parte das famílias em situação de maior vulnerabilidade.

CENTRO DE AJUDAS TÉCNICAS

O Centro de Recursos de Ajudas Técnicas (CRAT), promovido pela Santa Casa da Misericórdia do Bombarral, resulta da aquisição e da doação de diversos equipamentos destinados a apoiar pessoas com limitações funcionais ou em situação de dependência temporária ou permanente.

Este serviço tem como principais objetivos promover o empréstimo de ajudas técnicas, apoiar os beneficiários e respetivas famílias na realização das atividades básicas e instrumentais da vida diária, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos utentes e prevenir situações de maior dependência, incentivando a autonomia pessoal sempre que possível.

O equipamento disponível é cedido em regime de empréstimo aos utentes da instituição, aos irmãos da Santa Casa da Misericórdia do Bombarral e à população residente no concelho que apresente dificuldades socioeconómicas, constituindo assim um recurso de apoio importante para a comunidade.

O CRAT tem-se revelado uma resposta social relevante, contribuindo para dar resposta a necessidades pontuais da população e reforçando a intervenção social da instituição. Contudo, para responder de forma mais eficaz às solicitações existentes, continua a ser importante reforçar o parque de equipamentos disponíveis, designadamente com a aquisição de mais camas articuladas.



Durante o ano de 2025, o CRAT registou a **cedência de 1 ajuda técnica**, mantendo-se este serviço disponível para apoiar a comunidade sempre que necessário.

MOVIMENTO DE IRMÃOS

Em 31 de dezembro de 2025, a Santa Casa da Misericórdia do Bombarral registava **462 irmãos ativos**.

Durante o ano em análise verificaram-se:

- 12 admissões;
- 5 desistências;
- 3 falecimentos.

RELATÓRIO E CONTAS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BOMBARRAL DO ANO DE 2025

ENCERRAMENTO

O Presente RELATÓRIO E CONTAS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BOMBARRAL que antecede, devidamente numerado e rubricado, foi aprovado em reunião da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bombarral, realizada em 12 de março de 2026.

A Provedora

Maria de Fátima dos Santos

Os Membros da Mesa Administrativa

☆☆

APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA GERAL

O Relatório e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Bombarral, que antecede foi presente e aprovado por 14 IRMÃOS da Assembleia Geral em sua reunião Ordinária do dia 30 de março de 2026, tendo todas as suas folhas rubricadas pelos membros que abaixo assinam o presente termo.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário